

4 — No Anexo 1 do Regulamento da CMVM n.º 2/2017, de 30 de março, na descrição de siglas incluída no campo 4 do Anexo 9 do Regulamento da CMVM n.º 4/2015, de 26 de janeiro, onde se lê:

«CC-I»

deve ler-se:

«CCI»

5 — No Anexo 1 do Regulamento da CMVM n.º 2/2017, de 30 de março, na identificação do anexo incluída na tabela relativa ao nome do ficheiro no âmbito do Anexo 10 do Regulamento da CMVM n.º 4/2015, de 26 de janeiro, onde se lê:

«11»

deve ler-se:

«10»

6 — Na epígrafe do Anexo 2 do Regulamento 2/2017, de 30 de março, e na identificação aí efetuada do novo Anexo 9-A do Regulamento da CMVM n.º 4/2015, de 26 de janeiro, onde se lê:

«Anexo 9.º-A»

deve ler-se:

«Anexo 9-A»

7 — Na identificação do anexo incluída na tabela relativa ao nome do ficheiro no âmbito do novo Anexo 9-A do Regulamento da CMVM n.º 4/2015, de 26 de janeiro, aditado pelo Anexo 2 do Regulamento 2/2017, de 30 de março, onde se lê:

«10»

deve ler-se:

«9-A»

6 de abril de 2017. — A Vice-Presidente do Conselho de Administração, *Filomena Pereira de Oliveira*. — O Vogal do Conselho de Administração, *João de Sousa Gião*.

310426452

ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS

Regulamento n.º 201/2017

3.º Documento complementar ao Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos — Capítulo II — Sistemas de Titularidade Estatal — Reposição no saldo regulatório do valor das mais-valias da alienação dos bens das atividades não reguladas.

O regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos (doravante também designado Regulamento Tarifário), aprovado pela Deliberação n.º 928/2014 e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 15 de abril, prevê, no seu artigo 9.º, a publicação de documentos complementares que permitam especificar, detalhar ou clarificar as regras a que devem obedecer as contas reguladas. Nos termos do artigo 99.º do Regulamento Tarifário, a ERSAR pode emitir os documentos complementares que considere necessários para explicitar regras ou metodologias necessárias para uma adequada implementação do Regulamento Tarifário.

No âmbito da elaboração do 2.º Documento Complementar, relativo à apresentação de contas reais e definição dos movimentos de reconciliação entre contas estatutárias e contas reguladas, a ERSAR entendeu necessário clarificar as regras relativas à incorporação nos proveitos permitidos de eventuais mais-valias decorrentes da alienação de ativos referentes a atividades não reguladas.

Com efeito, os bens que não integraram a Base de Ativos Regulados (BAR) pelo facto de pertencerem a atividades não reguladas foram totalmente liquidados às concessionárias através da dedução do seu valor líquido contabilístico ao saldo regulatório, a que se refere o n.º 11 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho. A possibilidade, concedida pelo legislador, de as concessionárias recuperarem as quotas não amortizadas dos bens existentes afetos a atividades não reguladas através da dedução ao passivo regulatório, pode justificar-se face à existência de uma obrigação de cessação das atividades não reguladas ao fim de 3 anos e no pressuposto de que os bens existentes afetos a essas atividades não reguladas corresponderiam a ativos com

valor de mercado nulo após a cessação da atividade. Não obstante, caso se venha a verificar a alienação de tais bens, e tendo os mesmos sido já integralmente pagos através das tarifas aplicadas aos utilizadores, julga-se de elementar justiça que as mais-valias assim criadas revertam para a tarifa.

No quadro da discussão do projeto de documento complementar no Conselho Tarifário e na consulta pública, foi sugerido à ERSAR que as regras estabelecidas nos n.ºs 2 a 4 do artigo 5.º (Ajustamentos) daquele documento sobre esta matéria fossem contempladas num Documento Complementar autónomo, dado o teor extraordinário e transitório dos ajustamentos que estavam a ser propostos pela ERSAR, proposta que se entendeu aceitar dando origem ao presente 3.º documento complementar.

Ponderados os comentários apresentadas, conforme relatório de análise publicitado no sítio da Internet da ERSAR, o Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos deliberou, em reunião de 27 de março de 2017, e ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º e do artigo 99.º do Regulamento Tarifário, assim como do artigo 12.º e da alínea b) do n.º 1 do artigo 24.º dos Estatutos da ERSAR aprovar o 3.º Documento Complementar ao Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos para clarificar a regra sobre a reposição no saldo regulatório do valor das mais-valias obtidas na alienação dos bens das atividades não reguladas.

Artigo único

1 — Em caso de alienação pelas concessionárias de sistemas multimunicipais de resíduos urbanos abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho, de bens pertencentes a atividades não reguladas que não integraram a BAR de partida a 1 de janeiro de 2016 e cujo valor líquido contabilístico já foi deduzido ao saldo regulatório a que se referem os n.ºs 4 a 7 do artigo 11.º daquele diploma, o valor da mais valia obtida na alienação desses bens é reposto no saldo regulatório.

2 — Para efeitos de apuramento da mais-valia a que se refere o número anterior, é elaborado um relatório de avaliação dos bens da atividade não regulada por parte de uma entidade especializada independente.

3 — A alienação dos bens pertencentes a atividades não reguladas é comunicada à entidade reguladora, conjuntamente com o relatório a que se refere o número anterior, no prazo de 10 dias úteis após a sua realização.

4 — O novo valor do saldo regulatório pode ser utilizado no âmbito da definição de tarifas do período regulatório seguinte ou do ajustamento anual imediatamente subsequente, consoante o caso, desde que reunidos os requisitos previstos nos n.ºs 4 a 7 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 96/2014, de 15 de junho.

27 de março de 2017. — O Presidente do Conselho de Administração, *Orlando Borges* — O Vogal do Conselho de Administração, *Paulo Lopes Marcelo*.

310397933

Regulamento n.º 202/2017

2.º Documento Complementar ao Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos — Capítulo II — Sistemas de Titularidade Estatal — Apresentação de contas reais e definição dos movimentos de reconciliação entre contas estatutárias e contas reguladas.

O regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos (doravante também designado Regulamento Tarifário), aprovado pela Deliberação n.º 928/2014 e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 15 de abril, exige, no seu artigo 9.º, que as entidades gestoras preparem e mantenham atualizada a contabilidade para efeitos de regulação, denominada de contas reguladas, de forma a permitir a aplicação e a validação dos procedimentos fixados no mesmo.

O n.º 2 do mesmo artigo 9.º prevê a publicação de documentos complementares que permitam especificar, detalhar ou clarificar as regras a que devem obedecer as contas reguladas. Nos termos do artigo 99.º do Regulamento Tarifário, a ERSAR pode emitir os documentos complementares que considere necessários para explicitar regras ou metodologias necessárias para uma adequada implementação do Regulamento Tarifário.

Relativamente às contas previsionais, que incluem a informação necessária à definição dos parâmetros base do período regulatório e para definição dos proveitos permitidos do 1.º ano e estimativa do montante dos proveitos permitidos dos anos seguintes, o modelo de reporte foi

definido no Documento complementar aprovado através do Regulamento n.º 817/2016, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, de 18 de agosto de 2016.

O reporte anual das contas reais das atividades reguladas destina-se à obtenção de informação, para determinação dos proveitos permitidos ajustados e ainda para a reconciliação das contas reguladas com as contas estatutárias ⁽¹⁾. Assim, o presente projeto de documento complementar estabelece o modelo para: (i) o reporte das contas reais e movimentos de reconciliação, individuais e cumulativos, entre a demonstração de resultados regulada e a demonstração de resultados estatutária; (ii) o reporte das contas reais e movimentos de reconciliação, individuais e cumulativos, entre a demonstração da posição financeira regulada e a demonstração da posição financeira estatutária e (iii) modelo de relatório de conclusões factuais sobre as contas reguladas e os movimentos de reconciliação face às contas estatutárias. Pretende-se, assim, clarificar e detalhar as regras aplicáveis a situações específicas, que não estavam explicitadas no texto do Regulamento Tarifário, definindo um conjunto de quadros com o formato e detalhe necessário à intervenção do regulador, permitindo também a obtenção de informações sobre os movimentos de reconciliação, necessários nas contas estatutárias das entidades gestoras, e que devem ser reportados por estas à ERSAR nos prazos estipulados.

O reporte de informação num formato harmonizado e suficientemente detalhado permite reduzir assimetrias de informação entre regulado e regulador, bem como aumentar a eficiência do processo de análise dos proveitos permitidos e respetivas tarifas, uma vez que diminui o risco da necessidade de um maior número de interações, e consequente tempo necessário para proceder a alterações, entre as partes até atingir um entendimento sobre o tipo e formato da informação a disponibilizar.

A ERSAR elaborou um projeto de documento complementar que sujeitou a audição do Conselho Tarifário e a consulta pública nos termos previstos no artigo 12.º dos Estatutos da ERSAR, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Ponderados os comentários apresentadas, conforme relatório de análise publicitado no sítio da Internet da ERSAR, o Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos deliberou, em reunião de 27 de março de 2017, e ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º e do artigo 99.º do Regulamento Tarifário, assim como do artigo 12.º e da alínea b) do n.º 1 do artigo 24.º dos Estatutos da ERSAR, aprovar o Documento Complementar ao Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos para apresentação de contas reais e definição dos movimentos de reconciliação entre contas estatutárias e contas reguladas.

Documento complementar — Apresentação de contas reais e definição dos movimentos de reconciliação entre contas estatutárias e contas reguladas

Artigo 1.º

Objeto

1 — O presente documento complementar ao regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos, doravante designado Regulamento Tarifário, estabelece o conteúdo do modelo para reporte de:

- a) Contas reais e movimentos de reconciliação, individuais e cumulativos, entre a demonstração dos resultados regulada e a demonstração dos resultados estatutária;
- b) Contas reais e movimentos de reconciliação, individuais e cumulativos, entre a demonstração da posição financeira regulada e a demonstração da posição financeira estatutária;
- c) Modelo de relatório de conclusões factuais sobre as contas reguladas e os movimentos de reconciliação face às contas estatutárias.

2 — O reporte anual de contas reais reguladas pelas entidades gestoras é parte integrante dos documentos de prestação de contas a que se referem o n.º 5 do artigo 9.º e o artigo 85.º do Regulamento Tarifário.

3 — A informação reportada nos termos do presente documento complementar destina-se a permitir o acompanhamento pela ERSAR da atividade das entidades gestoras e, em particular, à realização dos ajustamentos dos proveitos permitidos dos anos intermédios e último ano de cada período regulatório, nos termos previstos no Regulamento Tarifário.

Artigo 2.º

Âmbito

O presente documento complementar é aplicável a todas as entidades gestoras de sistemas de titularidade estatal abrangidas pelo Regulamento Tarifário.

Artigo 3.º

Siglas e definições

As siglas e definições utilizadas neste documento complementar são as indicadas no Regulamento Tarifário.

Artigo 4.º

Conteúdo e modelo do reporte de contas reais e movimentos de reconciliação entre contas estatutárias e contas reguladas

1 — Para efeitos do disposto neste documento complementar, a entidade gestora remete a informação relativa às contas reais e movimentos de reconciliação a efetuar entre contas estatutárias e contas reguladas nos termos apresentados no Anexo I ao presente documento complementar, usando para o efeito um ficheiro em suporte digital disponibilizado pela ERSAR.

2 — A informação a que se refere o número anterior é remetida até 30 de abril de cada ano, nos termos do n.º 2 do artigo 85.º do Regulamento Tarifário.

3 — O ficheiro em suporte digital referido no número anterior pode incluir fórmulas indicativas de cálculos auxiliares dos proveitos permitidos reais, as quais podem ser sujeitas a correções com o objetivo de assegurar a sua plena funcionalidade e adequação às normas do Regulamento Tarifário e presente documento complementar, não implicando, por esse motivo, a prorrogação do prazo para o preenchimento do ficheiro pelas entidades gestoras.

4 — Os movimentos de reconciliação a efetuar entre contas estatutárias e contas reguladas nos termos apresentados neste documento complementar são acompanhados da respetiva certificação efetuada pelos auditores externos da empresa, usando um modelo de relatório nos termos apresentados no Anexo II ao presente documento complementar, de acordo com o estabelecido no n.º 5 do artigo 9.º do Regulamento Tarifário.

Artigo 5.º

Ajustamentos aos proveitos permitidos

1 — Com o apuramento dos dados reais dos custos aceites e das quantidades processadas, bem como das variações de investimento, há lugar aos ajustamentos nos termos do artigo 39.º do Regulamento Tarifário.

2 — O valor da BAR a remunerar em cada ano do período regulatório é ajustado, nos termos da primeira parte da alínea a) do n.º 1 do artigo 39.º do Regulamento Tarifário, apenas no final do período regulatório, após o apuramento do valor da BAR respeitante a 31 de dezembro do último ano do período.

3 — O ajustamento a que se refere o número anterior é apurado em conjunto com os ajustamentos relativos ao último ano do período regulatório, sendo refletido nos proveitos permitidos dos três anos seguintes.

Artigo 6.º

Responsabilidade

A responsabilidade pela preparação contas reais e movimentos de reconciliação a efetuar entre contas estatutárias e contas reguladas, nos termos do n.º 1 do Artigo 4.º do presente documento complementar, pertence às entidades gestoras.

Artigo 7.º

Arredondamentos

Os cálculos envolvendo montantes monetários são arredondados ao cêntimo de euro mais próximo.

Artigo 8.º

Entrada em vigor

O presente documento complementar entra em vigor no dia útil seguinte à sua publicação no *Diário da República*.

⁽¹⁾ Nos termos do Código das Sociedades Comerciais.

ANEXO I

Modelo de reporte de informação para efeitos da apresentação das contas reais e movimentos de reconciliação entre contas estatutárias e contas reguladas
Definições e instruções gerais de preenchimento

1) As tabelas a seguir apresentadas definem o modelo de reporte da informação real e movimentos de reconciliação entre contas estatutárias e contas reguladas a prestar à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos anualmente, nos termos do artigo 85.º do RTR.

2) O presente modelo encontra-se vertido num ficheiro de folha de cálculo em formato eletrónico e a sua utilização é de caráter obrigatório.

3) O modelo é idêntico ao que é utilizado para reporte das contas previsionais, embora com a inclusão de folhas específicas relativas ao reporte das contas reguladas reais e societárias.

4) O ficheiro referido pode conter, para além dos campos indicados nos mapas em anexo, campos em linha ou coluna que permitam a validação dos valores a utilizar por meio de fórmulas.

5) Nos números seguintes, as referências efetuadas a “campos” referem-se às linhas e colunas do ficheiro informático.

6) No ficheiro, devem ser preenchidas as folhas relativas aos ativos de exploração e de estrutura, gastos com pessoal e quantidades operacionais, de acordo com as atividades desenvolvidas pela EG.

7) Os campos a preencher pela entidade gestora estão assinalados nas células de cor azul.

8) Para a identificação dos encargos deve ser utilizada a informação contabilística de natureza analítica.

9) Para efeitos do preenchimento do ficheiro consideram-se “investimentos de substituição” aqueles que resultam na reposição de um ativo anteriormente detido e em funcionamento e como “ativo novo” aquele que implica uma alteração ou expansão da forma de funcionamento da entidade gestora.

Custos a considerar por atividade e fase de cadeia de valor
Definições

Fases da cadeia de valor	Fases da cadeia de valor	Gastos a considerar
1. Tratamento de resíduos resultantes da recolha indiferenciada (art.º 12.º)	Transferência - alínea a)	Gastos associados à fase de transferência de resíduos, nomeadamente com a operação da estação de transferência e das viaturas de transporte de resíduos, entre instalações da entidade gestora. Em instalações que incluam Ecocentro e Estação de Transferência (ET) na mesma instalação, é necessário reportar os gastos recorrendo a uma chave de repartição, afetando os custos do Ecocentro ao ponto iii da alínea b).
	Tratamento mecânico – alíneas b), c), d) e e)	Gastos associados à fase de tratamento mecânico dos resíduos recolhidos indiferenciadamente, nomeadamente a sua receção, processamento, tratamento e preparação para reciclagem, assim como o processamento e encaminhamento de rejeitados e refugo. Nas unidades de Tratamento Mecânico (TM) que procedam quer à separação de resíduos provenientes da recolha indiferenciada quer da recolha seletiva, é necessário reportar os respetivos gastos recorrendo à aplicação de uma chave de repartição.
	Tratamento biológico – alínea f)	Gastos associados à fase de tratamento biológico dos resíduos provenientes do TM, nomeadamente o seu processamento nas fases de digestão/compostagem e maturação do composto/estabilizado, o seu armazenamento/condicionamento para expedição (linha de ensacar), assim como o processamento e encaminhamento de rejeitados e refugo
	Incineração - alínea g)	Gastos associados à atividade de incineração, onde se inclui também o tratamento com a valorização e eliminação de escórias e cinzas
	Deposição em aterros – alínea h)	Gastos associados à fase de deposição de resíduos em aterro (incluindo a eventual deposição de rejeitados e refugo provenientes de unidades de TM/TMB (Tratamento Mecânico e Biológico) e de produção de CDR (Combustível Derivado de Resíduos)), desde a sua receção até à sua deposição e cobertura. Inclui também os gastos com a captação, tratamento e valorização de biogás. Nestes gastos deverão ser incluídos os resultantes da manutenção e monitorização das lixeiras.
	Tratamento de efluentes líquidos e gasosos - alínea i)	Gastos associados ao tratamento de efluentes líquidos e que incluem a operação e a manutenção das estações de tratamento de lixiviados e águas contaminadas. Nestes gastos deverão ser incluídos os resultantes do tratamento dos lixiviados das lixeiras. No que se refere aos gastos especificamente referentes a tratamento de efluentes gasosos, considera-se que, dada a imaterialidade dos mesmos, o seu reporte pode ser efetuado na fase de processo em que os mesmos têm origem, ou seja, incluídos em “Tratamento biológico (valorização orgânica)”. No caso específico de unidades de incineração de resíduos urbanos, apesar da imaterialidade acima referida não se verificar, os gastos referentes ao tratamento de efluentes gasosos são reportados na fase de processo “Incineração”.
2. Recolha seletiva de resíduos (art.º 13.º)	Produção de CDR	Gastos associados à preparação de CDR, incluindo o processamento de rejeitados e refugo com origem nas unidades de TM, e operações subsequentes de secagem para produção de CDR dentro dos parâmetros de qualidade estabelecidos.
	Interface com os utilizadores finais- alínea a) do n.º 1	Gastos incorridos com o estabelecimento de relações comerciais com os utilizadores finais, como a linha verde, sensibilização ambiental, educação ambiental, publicidade, divulgação, reclamações, elaboração de regulamentos de serviço.
	Gestão de equipamentos de deposição seletiva de fluxo multimaterial - alínea b) do n.º 1 e alínea a) do n.º 2	Gastos associados à disponibilização de equipamentos para deposição seletiva multimaterial (ecopontos, contentores, sacos), incluindo a sua aquisição, colocação, manutenção, reparação e lavagem.
	Gestão de ecocentros – alínea c) do n.º 1	Gastos associados à gestão de ecocentros, como portaria, eletricidade, água, manutenção, reparações, rendas, alugueres, entre outros. Em instalações que incluam Ecocentro e ET na mesma instalação, é necessário reportar os gastos comuns recorrendo a uma chave de repartição, afetando os custos da ET ao ponto i da alínea a).
3. Tratamento de resíduos resultantes da recolha seletiva (art.º 14.º)	Recolha seletiva de resíduos de fluxo multimaterial - alínea d) do n.º 1 e alínea a) do n.º 2	Gastos associados à recolha dos equipamentos de deposição seletiva multimaterial, por proximidade ou porta-a-porta. Deve incluir combustíveis, lubrificantes, seguros, inspeções, manutenção e reparação de viaturas.
	Triagem, enfiamento e armazenamento de resíduos de fluxo multimaterial – alíneas a) a c)	Gastos associados ao processo de triagem, enfiamento e armazenamento dos resíduos de embalagem e papel/cartão não embalagem.
	Valorização orgânica - alínea d)	Gastos associados ao processo de tratamento/processamento dos resíduos urbanos biodegradáveis recolhidos seletivamente, incluindo os gastos associados à recolha seletiva destes resíduos. Em instalações que procedam à valorização orgânica de resíduos provenientes da recolha seletiva e da recolha indiferenciada será necessário aplicar uma chave de repartição.
	Outros fluxos - alíneas a) a c)	Gastos associados à fase de tratamento e armazenamento de resíduos urbanos provenientes de outros fluxos específicos incluídos no objeto da concessão (excluindo o fluxo multimaterial), incluindo recursos humanos e materiais.

Tabela	Campos a preencher	Descrição	Exemplos
Tabela 1.A0 - Identificação da concessionária e do período em análise	Identificação e datas	Nesta tabela deve ser identificada a entidade gestora da concessão bem como as datas correspondentes ao período em análise e ao início do período regulatório	
Tabela 1.A1 - Pressupostos	pTI	Percentagem de partilha de lucros operacionais das atividades complementares à atividade de tratamento de resíduos resultantes de recolha indiferenciada.	
	pRS	Percentagem de partilha de lucros operacionais das atividades complementares à atividade de recolha de seletiva de resíduos.	
	pTS	Percentagem de partilha de lucros operacionais das atividades complementares à atividade de tratamento de resíduos resultantes de recolha seletiva.	
	Taxa de remuneração do capital alheio (utilizada no cálculo da TRA)	Taxa de juro aplicável aos capitais alheios utilizada pela ERSAR na definição da taxa de remuneração dos ativos regulados.	
	TRA	Taxa de remuneração dos ativos regulados definida pela ERSAR.	
1.A2 - Apuramento de saldo regulatório	Amortização de investimento futuro	Montante registado contabilisticamente nas contas da concessionária correspondente ao acréscimo de gastos referente a amortizações acumuladas de investimento contratual por realizar.	
	Passivos por impostos diferidos	Montante registado contabilisticamente nas contas da concessionária correspondente ao montante de passivo por imposto diferido associado à amortização de investimento futuro.	
	Ativos por impostos diferidos	Montante registado contabilisticamente nas contas da concessionária correspondente ao montante de ativo imposto diferido associado à amortização de investimento futuro.	
	Passivo inicial	Resultado da soma algébrica: [Amortização de investimento futuro]+[Passivos por impostos diferidos]-[Ativos por impostos diferidos].	
	Utilização inicial do passivo	Valor contabilístico líquido das amortizações e subsídios do conjunto de bens e ativos que não integram a base de ativos da concessionária relevante para efeitos de apuramento dos proveitos permitidos.	
	Valor de passivo regulatório remanescente	Diferença entre o passivo inicial e a utilização inicial do passivo.	
Tabela 1.B - Demonstração da posição financeira	Ativo, Passivo e Capital Próprio das atividades reguladas e não reguladas.	O formato geral desta tabela obedece ao balanço preconizado no Sistema de Normalização Contabilística.	
Tabela 1.C - Demonstrações de resultados	Custos e proveitos das atividades reguladas e não reguladas.	O formato geral desta tabela obedece à demonstração de resultados por natureza preconizada no Sistema de Normalização Contabilística.	
Tabela 1.D - Proveitos permitidos	CAPEX	Início da seção da tabela reservada ao apuramento dos custos com capital a incluir nos proveitos permitidos.	
	Valor regulatório da BAR de partida	Campo de preenchimento automático. Indica o valor regulatório dos ativos regulados existentes a 1 de janeiro do ano n, equivalente à soma dos dois campos seguintes.	
	Ativos com vida útil	Campo de preenchimento automático. Indica o valor regulatório dos ativos regulados existentes a 1 de janeiro do ano n, cuja vida útil não tenha sido ultrapassada.	
	Ativos em fim de vida	Campo de preenchimento automático. Indica o valor regulatório dos ativos regulados existentes a 1 de janeiro do ano n, cuja vida útil tenha sido ultrapassada.	
	Valor regulatório no final de cada ano	Campo de preenchimento automático. Indica a soma dos valores dos ativos da BAR de partida, ativos/Investimentos de substituição, ativos/Investimentos novos.	
	Ativos da BAR de partida	Campo de preenchimento automático. Indica o valor regulatório dos ativos incluídos na BAR de partida em 31 de dezembro de cada ano civil.	
	Ativos/Investimentos de substituição	Campo de preenchimento automático. Indica o valor regulatório dos investimentos efetuados para substituição de equipamentos existentes em 31 de dezembro de cada ano civil.	
	Ativos/Investimentos novos	Campo de preenchimento automático. Indica o valor regulatório dos investimentos efetuados em ativos novos e necessários para a expansão da atividade ou alteração das condições de operação, em 31 de dezembro de cada ano civil.	
	BAR a remunerar (média simples entre BAR a 1 de janeiro e a 31 de dezembro do ano n)	Campo de preenchimento automático. Indica a média simples apurada entre os valores regulatórios dos ativos existentes na BAR a 1 de janeiro e os existentes a 31 de dezembro do exercício reportado.	
	Taxa de remuneração	Campo de preenchimento automático. Indica a taxa de remuneração dos ativos regulados definida pela ERSAR para o período regulatório em causa.	
	Remuneração da BAR	Campo de preenchimento automático. Indica o resultado do produto obtido entre a BAR a remunerar e a taxa de remuneração definida.	
	Amortizações	Campo de preenchimento automático. Indica o total das amortizações do exercício, calculadas pelo método de quotas constantes, em duodécimos, apuradas nos termos do RTR e do documento complementar.	
	Ativos da BAR de partida	Campo de preenchimento automático. Indica a amortização do exercício dos ativos regulados incluídos na BAR de partida, calculadas pelo método de quotas constantes, em duodécimos, apuradas nos termos do RTR e do documento complementar.	
	Investimentos de substituição	Campo de preenchimento automático. Indica a amortização do exercício dos investimentos para substituição de equipamentos existentes e realizados no período em causa, calculadas pelo método de quotas constantes, em duodécimos, apuradas nos termos do RTR e do documento complementar.	
	Investimentos novos	Campo de preenchimento automático. Indica a amortização do exercício dos investimentos em ativos novos e necessários para a expansão da atividade ou alteração das condições de operação, efetuados no período em causa, calculadas pelo método de quotas constantes, em duodécimos, apuradas nos termos do RTR e do documento complementar.	
	Total de CAPEX	Campo de preenchimento automático. Indica a soma da remuneração da BAR e das amortizações.	

Tabela	Campos a preencher	Descrição	Exemplos
Tabela 1.D - Proveitos permitidos	OPEX	Início da seção da tabela reservada ao apuramento dos custos operacionais a incluir nos proveitos permitidos.	
	Custos controláveis base	Campo de preenchimento automático. Indica o total dos custos controláveis aceites para efeitos de apuramento dos proveitos permitidos em cenário de manutenção das condições de operação, a imputar a cada atividade no ano em causa.	
	Inflação (capitalizada)	Campo de preenchimento automático. Indica a taxa de inflação acumulada obtida em função do valor do indexante considerado em cada ano.	
	Fator de eficiência (capitalizado)	Campo de preenchimento automático. Indica o fator de eficiência acumulado aplicável à entidade gestora em função do valor considerado em cada ano.	
	Custos controláveis a incluir	Campo de preenchimento automático. Indica o resultado do produto entre os custos controláveis e a inflação (capitalizada) previamente deduzida do fator de eficiência (capitalizado).	
	Indutor (definido originalmente)	Deve ser indicado o valor unitário de cada indutor calculado no momento da definição dos proveitos permitidos.	
	Variações no preço do indutor	Deve ser indicado o diferencial do valor do indutor calculado no momento do apuramento dos ajustamentos face ao originalmente definido. A preencher na fase de ajustamentos.	
	Valor final do indutor	Campo de preenchimento automático. Indica o resultado da soma entre o do valor do indutor (definido originalmente) com e a variação do valor do indutor.	
	Variações de quantidades	Deve ser indicado o diferencial das quantidades registadas em cada ano do período regulatório face às originalmente previstas. A preencher na fase de ajustamentos.	
	Impacto do indutor	Campo de preenchimento automático. Indica o resultado do produto entre o valor final do indutor e as variações de quantidades.	
	Custos não controláveis	Campo de preenchimento automático. Indica o total dos custos não controláveis a incluir no cálculo dos proveitos permitidos da atividade para o ano em causa.	
	Imputação de custos de estrutura	Campo de preenchimento automático. Indica a imputação de uma percentagem dos gastos aceites para o funcionamento da área de estrutura no ano em causa à atividade.	
	Total de OPEX	Campo de preenchimento automático. Indica a soma dos valores considerados em custos controláveis, impacto do indutor, custos não controláveis e imputação dos custos de estrutura.	
	Ajustamentos	Deve ser indicado o valor das correções aos montantes de componentes dos proveitos permitidos fixados.	
	Atividades Complementares	Início da seção da tabela reservada à partilha do lucro operacional das atividades complementares.	
	Lucro operacional das atividades complementares	Campo de preenchimento automático. Indica os lucros de exploração do operador proveniente da atividade complementar, calculados nos termos do RTR e do documento complementar.	
	Percentagem de partilha	Campo de preenchimento automático. Indica a percentagem de partilha de lucros operacionais das atividades complementares de cada atividade desenvolvida.	
	Benefício da atividade complementar	Campo de preenchimento automático. Indica o resultado do produto entre o lucro operacional das atividades complementares e a percentagem de partilha.	
	Receitas Adicionais	Campo de preenchimento automático. Indica o valor das receitas de exploração que não resultam da tarifa aplicável aos utilizadores do sistema pelo serviço de gestão de resíduos urbanos.	
	Ganhos de juros bonificados	Diferença anual entre o gasto financeiro total suportado pela entidade gestora relativamente aos financiamentos bonificados e aquele que resultaria de um financiamento equivalente sem bonificação, à taxa de juro definida para a taxa de remuneração do capital alheio.	
	Proveitos Permitidos	Campo de preenchimento automático. Indica o somatório dos valores de CAPEX e OPEX afetos a cada atividade deduzido dos ajustamentos, dos benefícios das atividades complementares, das receitas adicionais e dos ganhos financeiros derivados de juros bonificados.	
	Incentivos	Deve ser indicado o valor resultante da aplicação do mecanismo com vista à superação de objetivos previamente fixados, em articulação com as metas de desvio de RUB de aterro, preparação para a reutilização e reciclagem de resíduos urbanos e reciclagem de resíduos de embalagens constantes do plano estratégico do setor (Denominadas no PERSU 2020 como: Meta máxima de deposição de RUB em aterro; Meta mínima de preparação para reutilização e reciclagem; Meta de retomas de recolha seletiva).	
	Proveito Permitido real Total	Campo de preenchimento automático. Indica o somatório dos proveitos permitidos de cada uma das atividades desenvolvidas com o incentivo.	
	Tarifa pré passivo	Campo de preenchimento automático. Indica o quociente entre o proveito permitido total e as quantidades de resíduos urbanos de utilizadores municipais sujeitos a faturação.	
	Utilização de passivo regulatório	Deve ser indicado o montante correspondente ao acréscimo de gastos referente a amortizações acumuladas de investimento contratual por realizar, deduzido do montante de imposto diferido que lhe está associado e do valor contabilístico líquido de amortizações e subsídios do conjunto de bens e ativos que não integram a base de ativos da concessionária relevante para efeitos de apuramento dos proveitos permitidos ainda disponível a utilizar de modo a garantir que o aumento da tarifa não excede 2% do valor da tarifa do ano anterior.	
	Proveitos permitidos reais tarifários	Campo de preenchimento automático. Indica a diferença entre o proveito permitido total e a utilização de passivo regulatório.	
	Tarifa regulada	Campo de preenchimento automático. Indica o quociente entre os proveitos permitidos a levar à tarifa e as quantidades de resíduos urbanos de utilizadores municipais sujeitos a faturação.	

Tabela	Campos a preencher	Descrição	Exemplos
Tabela 1.E - Demonstração da posição financeira e Demonstrações de resultados estatutárias	Ativo, Passivo e Capital Próprio; Custos e Proveitos da entidade, no formato estatutário	Nesta tabela devem apresentadas as contas reais do ano corrente, sob a forma de Demonstração da Posição Financeira e Demonstração de Resultados. O formato geral desta tabela obedece à demonstração de resultados por natureza preconizada no Sistema de Normalização Contabilística. Deve ser apresentada uma tabela para o ano corrente, ano anterior e informação prospetiva	
Tabela 2.A - Classes de ativos utilizáveis e respetivas taxas de amortização	Tabela de informação	Tabela com os códigos de classificação de bens para escolha nas folhas 2.B, 2.C e 2.D.	
Tabela 2.B1 - Lista de infraestruturas relevantes	Infraestruturas relevantes para a EG	Tabela para listagem das infraestruturas ao serviço da entidade gestora.	
Tabela 2.B2 - Lista de células de aterro utilizadas e apuramento das respetivas amortizações	Nome a utilizar nas observações da folha 2.C	Campo de preenchimento automático. Conjuga a identificação do aterro com a identificação da célula. A designação resultante deve ser utilizada na no campo de observações da folha 2.C, para a alocação da taxa de amortização da referida célula do aterro.	
	Identificação do aterro	Dever ser indicado a designação ou local do aterro.	
	Identificação da célula	Deve ser indicado o nome ou número da célula em apreço, caso o aterro possua mais que uma célula.	
	Capacidade instalada (t)	Deve ser indicada a capacidade instalada da célula anteriormente identificada, a qual deve corresponder à disposta na licença ambiental e de exploração.	
	Capacidade utilizada (t)	Deve ser indicada a capacidade da célula do aterro utilizada a 31/12/t-1.	
	Quantidade de resíduos a depositar no ano n	Deve ser indicada a quantidade total de resíduos a depositar na célula em causa no ano em análise.	
	Capacidade disponível a 31/12/t	Campo de preenchimento automático. Indica a capacidade disponível da célula do aterro a 31 de dezembro do ano em análise	
	Percentagem de utilização a 31/12/t	Campo de preenchimento automático. Indica a capacidade percentual de utilização da célula do aterro a 31/12/t.	
	Amortização aplicável no ano n	Campo de preenchimento automático. Indica a anuidade de depreciação e amortização do investimento inicial, nos termos do RTR, da célula do aterro em causa no primeiro ano do período regulatório.	
	Previsão de duração da célula (meses)	Campo de preenchimento automático. Indica o período previsto de duração, contabilizado em meses, para a duração da célula do aterro, tendo em conta a sua capacidade.	
Tabela 2.C1 - Ativos de exploração existentes ou a abater à BAR	Classificação estatutária	4) «Classificação contabilística» - Deve ser escolhido um código disponível na tabela 2.E, classificando o bem de acordo com a subrubrica de imobilizado em que o ativo está contabilizado. Deverá ser coincidente com a informação divulgada no Anexo do Relatório e contas estatutário da entidade gestora.	
	Número de inventário	Registo alfanumérico atribuído ao ativo pela entidade gestora.	
	Descrição	Descrição genérica do bem.	
	Código 25/2009	Deve ser escolhido um código disponível na tabela 2.A, classificando o bem e atribuindo automaticamente um período de vida útil para efeitos regulatórios. Neste campo podem ser colocados, para além dos códigos do anexo do Decreto Regulamentar 25/2009, códigos para a classificação de aterros (% utilização), terrenos na proximidade dos aterros destinados à construção e acesso às restantes unidades bem como o encerramento de aterros (Período da concessão) e restantes terrenos (Não amortizável).	
	Infraestrutura relevante	Identificação da localização ou da infraestrutura onde se situa o bem.	
	Observações	Campo disponível para observações que permitam identificar melhor o ativo em causa ou que permitam esclarecer o motivo de um abate. Em caso de aterros deve ser utilizada «Nome a utilizar nas observações da folha 2.C» existente na tabela 2.B2.	
	Quantidade	Deve ser reportado a quantidade de bens idênticos a adquirir ou construir em simultâneo e que componham o grupo homogêneo de bens, incluídos no valor de aquisição.	
	% partilha dos ativos	Para efeitos de análises complementares, deverá ser reportada a percentagem do ativo afeta a atividades principais.	
	Critério de imputação utilizado	Deve ser selecionado, de um conjunto de critérios pré-definidos qual o utilizado pela entidade no apuramento da percentagem de partilha dos ativos, indicada no campo anterior.	
	Valor líquido estatutário a 31/12/t-1	Deve ser registado o valor líquido do ativo nas contas estatutárias à data de 31/12/t-1.	
	Amortizações estatutárias no exercício t	Devem ser registadas amortizações no exercício t, conforme informação nas contas estatutárias.	
	Valor líquido a 31/12/t	Valor líquido contabilístico do bem, calculado para efeitos de contas estatutárias (devem ser considerados dados a 31/12 do ano em causa).	
	Valor de aquisição	Deve ser registado o valor bruto do ativo realizado até à data nos termos do RTR (devem ser considerados dados a 31/12 do ano em causa).	
	Cofinanciamento	Campo de preenchimento automático. Calcula o do cofinanciamento a partir dos subsídios por reconhecer e as amortizações acumuladas a 31/12/t-1.	
	Subsídios a fundo perdido por reconhecer	Deve ser registado o valor dos subsídios ao investimento concedidos até à data relativos ao ativo em questão (devem ser considerados dados a 31/12 do ano em causa).	
	Amortizações acumuladas a 31/12/t-1	Deve ser registado o valor total das amortizações realizadas até à data (devem ser considerados dados a 31/12 do ano em causa).	
	Valor líquido a 31/12/t-1	Campo de preenchimento automático. Valor do ativo a incluir na BAR tendo em conta a informação dos campos anteriores.	
	Coefficiente de capacidade utilizada	Parâmetro de ajustamento do valor do ativo.	
	Ativo a incluir na BAR	Deve ser indicado se o ativo ou conjunto de ativos presentes na concessão anterior deve ser incluído na BAR de partida.	

Tabela	Campos a preencher	Descrição	Exemplos
Tabela 2.C1 - Ativos de exploração existentes ou a abater à BAR	Valor líquido dos ativos com vida útil	Campo de preenchimento automático. Valor líquido contabilístico do bem, calculado nos termos do RTR e documento complementar, a incluir na BAR.	
	Impacto no passivo	Campo de escolha. Deve ser indicado se a inclusão ou não do ativo na BAR deve ter impacto no cálculo do passivo regulatório inicial.	
	Passivo regulatório	Campo de preenchimento automático. Valor a incluir no cálculo do passivo regulatório inicial, derivado da não inclusão do ativo na BAR.	
	Fim de Vida na BAR de partida	Campo de preenchimento automático. Indica se o ativo a incluir na BAR de partida se encontra com a vida útil ultrapassada.	
	Valor regulatório na BAR de partida	Campo de preenchimento automático. Indica se o valor do ativo para efeitos da valorização na BAR e consequente remuneração.	
	Entrada em funcionamento	Deve ser indicada a data de entrada em funcionamento do ativo.	
	Vida Útil	Campo de preenchimento automático. Indicação do período de vida útil previsto para a tipologia do ativo de acordo com a classificação do DR 25/2009.	
	Ano da última amortização	Campo de preenchimento automático. Indicação da data prevista para a última amortização do ativo.	
	Período de amortização futuro	Campo de preenchimento automático. Indicação do número de meses esperados para a amortização completa do bem de acordo com os critérios resultantes da aplicação do RTR e documento complementar.	
	Fim de Vida em n	Campo de escolha. Indicação se é esperada a utilização do ativo no ano n apesar de este se encontrar totalmente amortizado, por se considerar que o ativo se encontra em condições de se manter em operação.	
	Data do abate em n	Deve ser preenchida a data de perda de funcionalidade do ativo.	
	Amortizações do ano n	Campo de preenchimento automático. Amortização do ativo para o ano n, calculada nos termos do RTR e documento complementar.	
	Valor líquido contabilístico a 31/12/t	Campo de preenchimento automático. Valor contabilístico do ativo a 31 de dezembro do ano n, resultante da amortização calculada nos termos do RTR e documento complementar.	
	Valor regulatório a 31/12/t	Campo de preenchimento automático. Valor contabilístico do ativo a 31 de dezembro do ano n, resultante da amortização calculada nos termos do RTR e documento complementar ou equivalente a uma amortização líquida do ativo, caso o ativo seja classificado com ativo em fim de vida.	
	Transferência	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Tratamento mecânico	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Tratamento biológico	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Incineração	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Deposição em aterros	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Tratamento de efluentes líquidos e gasosos	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Produção de CDR	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	TI	Campo de preenchimento automático. Indica a percentagem do ativo que se encontra afeto à atividade, equivalente à soma das percentagens afetadas às respetivas cadeias de valor.	
	Interface com os utilizadores finais	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Gestão de equipamentos de deposição seletiva do fluxo multimaterial	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Gestão de ecocentros	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Recolha seletiva de resíduos do fluxo multimaterial	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	RS	Campo de preenchimento automático. Indica a percentagem do ativo que se encontra afeto à atividade, equivalente à soma das percentagens afetadas às respetivas cadeias de valor.	
	Triagem, enfardamento e armazenamento de resíduos do fluxo multimaterial	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Valorização orgânica	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Outros fluxos	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	TS	Campo de preenchimento automático. Indica a percentagem do ativo que se encontra afeto à atividade, equivalente à soma das percentagens afetadas às respetivas cadeias de valor.	
	Check	Campo de preenchimento automático. Verifica se a percentagem de imputação do ativo às atividades é de 100%.	
Tabela 2.D1 - Investimentos em ativos de exploração de substituição e Tabela 2.D2 - Investimentos em ativos de exploração novos	Número de inventário	Registo alfanumérico atribuído ao ativo pela entidade gestora.	
	Descrição	Descrição genérica do bem.	
	Código 25/2009	Deve ser escolhido um código disponível na tabela 2.A, classificando o bem e atribuindo automaticamente um período de vida útil para efeitos regulatórios. Neste campo podem ser colocados, para além dos códigos do anexo do Decreto Regulamentar 25/2009, códigos para a classificação de aterros (% utilização), terrenos na proximidade dos aterros destinados à construção e acesso às restantes unidades bem como o encerramento de aterros (Período da concessão) e restantes terrenos (Não amortizável).	

Tabela	Campos a preencher	Descrição	Exemplos
Tabela 2.D1 - Investimentos em ativos de exploração de substituição e Tabela 2.D2 - Investimentos em ativos de exploração novos	Infraestrutura relevante	Identificação da localização ou da infraestrutura onde se situa o bem.	
	Observações	Campo disponível para observações que permitam identificar melhor o ativo em causa ou que permitam esclarecer o motivo de um abate. Em caso de aterros deve ser utilizada «Nome a utilizar nas observações da folha 2.C» existente na tabela 2.B2.	
	Quantidade	Deve ser reportado a quantidade de bens idênticos a adquirir ou construir em simultâneo e que componham o grupo homogêneo de bens, incluídos no valor de aquisição.	
	Aquisições diretas	Deve ser reportado o custo com as aquisições diretas que contribuam para a realização do ativo em questão.	Compra de uma viatura nova; valor de uma empreitada
	FSE	Deve ser reportado o gasto em FSE que não correspondem a gastos para o próprio exercício anual mas antes a gastos a serem incorporados no valor do bem a incluir na BAR.	
	Pessoal	Deve ser reportado o gasto em pessoal que não correspondem a gastos para o próprio exercício anual mas antes a gastos a serem incorporados no valor do bem a incluir na BAR.	
	Valor inicial	Deve ser registado o valor bruto do ativo realizado até à data nos termos do RTR (devem ser considerados dados a 31/12 do ano em causa).	
	Vida Útil	Campo de preenchimento automático. Indicação do período de vida útil previsto para a tipologia do ativo de acordo com a classificação do DR 25/2009.	
	Entrada em funcionamento	Deve ser indicada a data de entrada em funcionamento do ativo	
	Cofinanciamento	Deve ser registado o valor dos subsídios ao investimento concedidos até à data relativos ao ativo em questão (devem ser considerados dados a 31/12 do ano em causa).	
	Coeficiente de capacidade utilizada	Parâmetro de desconto do ativo. Deve ser selecionado 100%, ficando sujeito a confirmação pela ERSAR. Em caso de ativos já anteriormente indicados, deve ser indicado o coeficiente estabelecido.	
	Valor líquido na entrada em funcionamento	Campo de preenchimento automático. Valor do ativo a incluir na BAR em resultado do valor inicial, a percentagem de cofinanciamento e o coeficiente de capacidade utilizada.	
	Amortizações do ano n	Campo de preenchimento automático. Calcula o valor do ativo a incluir na BAR tendo em conta a informação dos campos anteriores.	
	Valor líquido a 31/12/t	Campo de preenchimento automático. Calcula o valor do ativo a incluir na BAR tendo em conta a informação dos campos anteriores.	
	Transferência	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Tratamento mecânico	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Tratamento biológico	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Incineração	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Deposição em aterros	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Tratamento de efluentes líquidos e gasosos	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Produção de CDR	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	TI	Campo de preenchimento automático. Indica a percentagem do ativo que se encontra afeto à atividade, equivalente à soma das percentagens afetadas às respetivas cadeias de valor.	
	Interface com os utilizadores finais	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Gestão de equipamentos de deposição seletiva do fluxo multimaterial	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Gestão de ecocentros	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Recolha seletiva de resíduos do fluxo multimaterial	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	RS	Campo de preenchimento automático. Indica a percentagem do ativo que se encontra afeto à atividade, equivalente à soma das percentagens afetadas às respetivas cadeias de valor.	
	Triagem, enfardamento e armazenamento de resíduos do fluxo multimaterial	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Valorização orgânica	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Outros fluxos	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	TS	Campo de preenchimento automático. Indica a percentagem do ativo que se encontra afeto à atividade, equivalente à soma das percentagens afetadas às respetivas cadeias de valor.	
	Check	Campo de preenchimento automático. Verifica se a percentagem de imputação do ativo às atividades é de 100%.	
Tabela 3.A - Categorias de pessoal	Tabela de informação	Tabela com as categorias de pessoal a serem utilizadas nas folhas 3.A e 3.B	
Tabela 3.B - Gastos com pessoal do ano n (2016)	N.º do trabalhador	Deve ser indicado o registo alfanumérico atribuído ao trabalhador pela entidade gestora.	
	Categoria	Deve ser escolhida uma categoria disponível na tabela 3.A.	
	Data de admissão	Deve ser indicada a data de admissão do trabalhador.	
	Data de saída	Deve ser indicada a data de desvinculação do trabalhador.	
	Salário base	Deve ser indicada a remuneração real bruta anual do trabalhador, incluindo remuneração base e subsídios.	

Tabela	Campos a preencher	Descrição	Exemplos
Tabela 3.B - Gastos com pessoal do ano n (2016)	Segurança social e outros encargos obrigatórios	Deve ser indicado o valor anual real dos encargos com a Segurança Social por conta da Entidade Patronal, assim como, os encargos com seguros de acidentes de trabalho e outros encargos obrigatórios.	
	Outros gastos com o trabalhador	Deve ser indicado o custo anual real com outros encargos relativos ao trabalhador	Subsídio de alimentação, subsídio de transportes, de turno, etc.
	Gasto total	Campo de preenchimento automático. Apresenta a soma dos campos anteriores.	
	Transferência	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Tratamento mecânico	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Tratamento biológico	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Incineração	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Deposição em aterros	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Tratamento de efluentes líquidos e gasosos	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Produção de CDR	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Interface com os utilizadores finais	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Gestão de equipamentos de deposição seletiva do fluxo multimaterial	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Gestão de ecocentros	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Recolha seletiva de resíduos do fluxo multimaterial	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Triagem, enfardamento e armazenamento de resíduos do fluxo multimaterial	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Valorização orgânica	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Outros fluxos	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Área de estrutura	Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.	
	Check	Campo de preenchimento automático. Verifica se a percentagem de imputação do colaborador às atividades é de 100%.	
Tabela 4 - Manutenção realizada no ano n (2016)	Número de inventário	Deve ser escolhido um registo alfanumérico atribuído a um ativo identificado na tabela 2.B.	
	Ativo da Tabela 2.D2	Campo de escolha. Deve ser indicado se a operação de manutenção incide sobre um ativo novo identificado na tabela 2.D2.	
	Descrição sumária da intervenção	Deve ser efetuada uma breve descrição da ação de manutenção realizada, indicando a frequência prevista para o tipo de ação.	
	Periodicidade	Deve ser indicada a periodicidade de realização de intervenções de manutenção idênticas.	
	Valor global da manutenção	Deve ser indicado o valor da manutenção.	
	Diferimento	Campo de escolha. A escolha entre Sim e Não permite diferir custos até ao máximo de 3 anos ou imputar apenas ao ano da realização efetiva do gasto.	
	Valor ano t	Campo de preenchimento automático. Imputação de uma quota-parte do valor global de manutenção em caso de diferimento, calculada pela divisão do montante global pela periodicidade.	
	Transferência	Campo de preenchimento automático. Reflete a percentagem do ativo atribuída à fase da cadeia de valor na tabela 2.B.	
	Tratamento mecânico	Campo de preenchimento automático. Reflete a percentagem do ativo atribuída à fase da cadeia de valor na tabela 2.B.	
	Tratamento biológico	Campo de preenchimento automático. Reflete a percentagem do ativo atribuída à fase da cadeia de valor na tabela 2.B.	
	Incineração	Campo de preenchimento automático. Reflete a percentagem do ativo atribuída à fase da cadeia de valor na tabela 2.B.	
	Deposição em aterros	Campo de preenchimento automático. Reflete a percentagem do ativo atribuída à fase da cadeia de valor na tabela 2.B.	
	Tratamento de efluentes líquidos e gasosos	Campo de preenchimento automático. Reflete a percentagem do ativo atribuída à fase da cadeia de valor na tabela 2.B.	
	Produção de CDR	Campo de preenchimento automático. Reflete a percentagem do ativo atribuída à fase da cadeia de valor na tabela 2.B.	
	TI	Campo de preenchimento automático. Apresenta o produto entre o valor da manutenção e a soma das percentagens anteriores.	
	Interface com os utilizadores finais	Campo de preenchimento automático. Reflete a percentagem do ativo atribuída à fase da cadeia de valor na tabela 2.B.	
	Gestão de equipamentos de deposição seletiva do fluxo multimaterial	Campo de preenchimento automático. Reflete a percentagem do ativo atribuída à fase da cadeia de valor na tabela 2.B.	
	Gestão de ecocentros	Campo de preenchimento automático. Reflete a percentagem do ativo atribuída à fase da cadeia de valor na tabela 2.B.	
	Recolha seletiva de resíduos do fluxo multimaterial	Campo de preenchimento automático. Reflete a percentagem do ativo atribuída à fase da cadeia de valor na tabela 2.B.	
	RS	Campo de preenchimento automático. Apresenta o produto entre o valor da manutenção e a soma das percentagens anteriores.	

Tabela	Campos a preencher	Descrição	Exemplos
Tabela 4 - Manutenção realizada no ano n (2016)	Triagem, enfardamento e armazenamento de resíduos do fluxo multimaterial	Campo de preenchimento automático. Reflete a percentagem do ativo atribuída à fase da cadeia de valor na tabela 2.B.	
	Valorização orgânica	Campo de preenchimento automático. Reflete a percentagem do ativo atribuída à fase da cadeia de valor na tabela 2.B.	
	Outros fluxos	Campo de preenchimento automático. Reflete a percentagem do ativo atribuída à fase da cadeia de valor na tabela 2.B.	
	TS	Campo de preenchimento automático. Apresenta o produto entre o valor da manutenção e a soma das percentagens anteriores.	
Tabela 5 - Custos controláveis por fase do processo de cada atividade	Custos controláveis, por fase da cadeia de valor	Devem ser registados todos os custos diretos e indiretos (exceto os custos de estrutura) que não sejam considerados não controláveis nos termos do artigo 35.º do RTR imputáveis às atividades. Os custos devem ser apresentados por natureza. Os custos de estrutura são alocados automaticamente às atividades de exploração.	
Tabela 6 - Custos não controláveis	Custos controláveis, por fase da cadeia de valor	Devem ser registados os custos considerados não controláveis nos termos do RTR, por fase da cadeia de valor. Os custos devem ser apresentados por natureza. Os valores devem ser registados a preço do ano.	Taxas de regulação, IUC, licenças
Tabelas 7.A, 7.B, 7.C, 7.D e 7.E - Custos de exploração	Tabelas de output	Estas tabelas agregam os custos por fase do processo provenientes das tabelas anteriores, permitindo a imputação dos custos de estrutura e a dedução de custos imputáveis às atividades complementares.	
Tabela 8.1 - Quantidades operacionais processadas e respetivos outputs	Quantidades totais	Devem ser reportados os volumes/ quantidades reais e prospetivos, por rubrica (tipo de resíduo) e por atividade, considerando volumes que entram no sistema (inputs) e volumes que saem do sistema, sob a forma de venda de produtos, valorização ou envio para destino final (outputs).	
Tabela 8.2 - Quantidades operacionais processadas por unidade/infraestrutura	Quantidades totais	Devem ser reportados os volumes/ quantidades reais históricos e prospetivos, processados em cada unidade de tratamento.	
Tabela 9. - Proveitos operacionais	Proveitos tarifários reais	Deve ser registado o valor de proveitos obtidos através de tarifas.	
	Proveitos extra-tarifa reais	Deve ser registado o valor de proveitos obtidos extratarifa em cada atividade principal, no período em análise.	Venda de energia, composto, resíduos recicláveis
Tabela 10.A - Lista de Atividades Operacionais e fases da cadeia de valor utilizadas	Descrição da Atividade	Deve ser indicado o nome ou descrição da atividade complementar realizada	
	Imputação a atividade	Campo de preenchimento automático. Identificação da atividade principal à qual a atividade complementar é associada através da escolha das fases de cadeia de valor utilizadas.	
	Transferência	Campo de escolha. Deve ser indicada se a atividade complementar utiliza a respetiva fase de cadeia de valor.	
	Tratamento mecânico	Campo de escolha. Deve ser indicada se a atividade complementar utiliza a respetiva fase de cadeia de valor.	
	Tratamento biológico	Campo de escolha. Deve ser indicada se a atividade complementar utiliza a respetiva fase de cadeia de valor.	
	Incineração	Campo de escolha. Deve ser indicada se a atividade complementar utiliza a respetiva fase de cadeia de valor.	
	Deposição em aterros	Campo de escolha. Deve ser indicada se a atividade complementar utiliza a respetiva fase de cadeia de valor.	
	Tratamento de efluentes líquidos e gasosos	Campo de escolha. Deve ser indicada se a atividade complementar utiliza a respetiva fase de cadeia de valor.	
	Produção de CDR	Campo de escolha. Deve ser indicada se a atividade complementar utiliza a respetiva fase de cadeia de valor.	
	Interface com os utilizadores finais	Campo de escolha. Deve ser indicada se a atividade complementar utiliza a respetiva fase de cadeia de valor.	
	Gestão de equipamentos de deposição seletiva do fluxo multimaterial	Campo de escolha. Deve ser indicada se a atividade complementar utiliza a respetiva fase de cadeia de valor.	
	Gestão de ecocentros	Campo de escolha. Deve ser indicada se a atividade complementar utiliza a respetiva fase de cadeia de valor.	
	Recolha seletiva de resíduos do fluxo multimaterial	Campo de escolha. Deve ser indicada se a atividade complementar utiliza a respetiva fase de cadeia de valor.	
	Triagem, enfardamento e armazenamento de resíduos do fluxo multimaterial	Campo de escolha. Deve ser indicada se a atividade complementar utiliza a respetiva fase de cadeia de valor.	
	Valorização orgânica	Campo de escolha. Deve ser indicada se a atividade complementar utiliza a respetiva fase de cadeia de valor.	
	Outros fluxos	Campo de escolha. Deve ser indicada se a atividade complementar utiliza a respetiva fase de cadeia de valor.	
Tabela 10.B - Resultados operacionais de atividades complementares	Proveitos de exploração	Deve ser registado o valor total de proveitos de exploração obtidos em cada uma das atividades complementares.	
	Custos de exploração não partilhados	Deve ser registado o valor dos custos de exploração não partilhados incorridos em cada uma das atividades complementares.	
	Custos de exploração controláveis comuns (partilhados)	Deve ser indicado o custo de exploração controlável comum, resultante da contabilidade autónoma, de cada atividade identificada na tabela 10.A.	
	Custos de exploração não controláveis comuns (partilhados)	Deve ser indicado o custo de exploração não controlável comum, resultante da contabilidade autónoma, de cada atividade identificada na tabela 10.A.	
	Custos de estrutura comuns (partilhados)	Deve ser indicado o custo comum referente à área de estrutura, resultante da contabilidade autónoma, de cada atividade identificada na tabela 10.A.	
	Custos não partilhados	Deve ser indicado o custo de exploração não partilhado, resultante da contabilidade autónoma, de cada atividade identificada na tabela 10.A.	

Tabela	Campos a preencher	Descrição	Exemplos
Tabela 10.B - Resultados operacionais de atividades complementares	Lucro operacional	Campo de preenchimento automático. Calcula a diferença entre os proveitos da respetiva atividade e os custos identificados anteriormente.	
	Total do lucro operacional das atividades complementares	Campo de preenchimento automático. Indica o somatório dos lucros operacionais de cada atividade complementar.	
	Lucro operacional partilhável	Início da secção para indicação dos lucros partilháveis com as atividades principais.	
	Tratamento de Resíduos Resultantes de Recolha Indiferenciada	Campo de preenchimento automático. Indica a soma dos lucros positivos das atividades complementares associada a esta atividade principal, para cada ano.	
	Recolha Seletiva	Campo de preenchimento automático. Indica a soma dos lucros positivos das atividades complementares associada a esta atividade principal, para cada ano.	
	Tratamento de Resíduos Resultantes de Recolha Seletiva	Campo de preenchimento automático. Indica a soma dos lucros positivos das atividades complementares associada a esta atividade principal, para cada ano.	
Tabela 11. - Resultados operacionais de atividades não reguladas	Proveitos	Deve ser registado o valor total de proveitos obtidos em cada uma das atividades não reguladas.	
	Custos	Deve ser registado o valor total dos custos incorridos em cada uma das atividades não reguladas.	
	Resultado	Campo de preenchimento automático. Indica a diferença entre os proveitos da respetiva atividade e os custos identificados anteriormente.	
Tabela 12. - Empréstimos com taxas de juros bonificados	Montante do empréstimo	Deve ser indicado o montante de utilização de crédito.	
	Taxa de juros bonificados contratada	Deve ser indicada a taxa nominal da taxa de juro contratada.	
	Outros encargos financeiros (exceto late fees)	Deve ser indicado o montante de encargos com imposto de selo e comissões.	
	Taxa de remuneração do capital alheio (utilizada no cálculo da TRA)	Campo de preenchimento automático. Resulta do preenchimento da tabela 1.A.	
	Ganho financeiro derivado de juros bonificados	Campo de preenchimento automático. Apresenta o resultado do artigo 42.º do RTR.	
Tabela 13. - Saldos de Clientes por atividades	Valor bruto em 31/12/t	Deve ser indicado o saldo da entidade no final do exercício t.	
	Imparidade acumulada em 31/12/t	Deve ser indicado o saldo em imparidade da entidade no final do exercício t.	
	Imparidade no exercício	Deve ser indicado o montante do saldo da entidade para o qual tenha sido constituída imparidade no exercício t.	
	Valor líquido em 31/12/t	A célula indica o valor líquido do saldo em dívida de cada entidade no final do exercício t.	
Tabela 14. - Financiamentos por tipologia de empréstimo e atividades	Caracterização do empréstimo	Campos de preenchimento que indicam os prazos e condições do financiamento.	
	Impacto na demonstração de resultados	Esta coluna deverá indicar o valor do juro pago no exercício t relativamente a cada financiamento.	
	Movimentação dos valores de financiamentos	Nestas colunas deverá ser preenchida a informação referente a reforços ou amortizações no ano n, por financiamento	
Tabela 15. - Movimentação dos subsídios no ano, por ativo de exploração	Número de inventário	Deve ser indicado o registo alfanumérico atribuído ao ativo pela entidade gestora.	
	Descrição	Deve ser indicada a descrição genérica do bem.	
	Código 25/2009	Deve ser escolhido um código disponível na tabela 2.A, classificando o bem e atribuindo automaticamente um período de vida útil para efeitos regulatórios. Neste campo podem ser colocados, para além dos códigos do anexo do Decreto Regulamentar 25/2009, códigos para a classificação de aterros (% utilização), terrenos na proximidade dos aterros destinados à construção e acesso às restantes unidades bem como o encerramento de aterros (Período da concessão) e restantes terrenos (Não amortizável).	
	Infraestrutura relevante	Deve ser utilizada uma das infraestruturas listada na tabela 2.B1, identificando a localização ou a infraestrutura onde se situa o bem.	
	Valor de aquisição	Deve ser registado o valor bruto do ativo realizado até à data nos termos do RTR (devem ser considerados dados a 31/12 do ano em causa).	
	Subsídios a fundo perdido por reconhecer	Deve ser registado o valor dos subsídios ao investimento concedidos até à data, relativos ao ativo em questão (devem ser considerados dados a 31/12 do ano em causa).	
	Amortizações acumuladas a 31/12/t-1	Deve ser registado o valor total das amortizações realizadas até à data (devem ser considerados dados a 31/12 do ano em causa).	
	Fundos comunitários / Outros subsídios	Deverá indicar a proveniência do subsídio, dividido entre Fundos comunitários e outros.	
	Valor líquido a 01/01/t	Valor líquido contabilístico do bem, calculado para efeitos de contas estatutárias (devem ser considerados dados a 31/12 do ano em causa).	
	Impacto na demonstração de resultados	Deverá ser incluído o valor de subsídio reconhecido no exercício, dividido entre reembolsável e não reembolsável	
	Movimentação na Demonstração da posição financeira	Estas colunas deverão conter informação sobre novos subsídios atribuídos ou perdas no exercício t em subsídios anteriormente atribuídos.	
	Valor líquido a 31/12/t	Valor líquido contabilístico do bem, calculado para efeitos de contas estatutárias com o preenchimento dos campos anteriores.	

Tabelas e notas explicativas

1.A0 — Identificação da concessionária e do ano a que se referem as contas reguladas reais

Notas

- 1) «Concessionária» — Designação da entidade gestora do serviço de gestão de resíduos de titularidade estatal e capital maioritariamente privado.
- 2) «Ano corrente» — Ano a que se referem as contas reais
- 3) «Ano de início do período regulatório» — Primeiro ano do período regulatório.

Tabela 1.A0 - Identificação da concessionária e do período em análise	
Concessionária	[identificação da concessionária]
Ano corrente	
Ano de início do período regulatório	

1.A1 — Pressupostos

Notas

1) Os pressupostos de natureza macroeconómica são disponibilizados pela entidade reguladora no âmbito da definição dos parâmetros genéricos para o período regulatório.

2) «População servida» — Deve ser indicada a população servida no âmbito da concessão de acordo como o estipulado para o cálculo das taxas ERSAR.

3) «Taxa de regulação por mil habitantes» — Deve ser indicado o valor unitário da taxa ERSAR por milhar de habitantes servidos.

4) «Taxa de regulação por quantidade de resíduos geridos» — Deve ser indicado valor unitário da taxa ERSAR por tonelada de resíduos geridos.

5) «IHPC» — Deve ser indicada a taxa de inflação a utilizar para cada ano e definida pela ERSAR nos parâmetros genéricos para o período regulatório.

6) «X» — Deve ser indicado o fator de eficiência aplicável à entidade gestora e definido pela ERSAR para cada ano do período regulatório.

7) «Euribor» — Deve ser indicada a média da Euribor a 6 meses a considerar para efeitos de ajustamentos, definida pela ERSAR nos parâmetros genéricos.

8) «spread» — Deve ser indicado o spread a incidir sobre a Euribor, definido pela ERSAR nos parâmetros genéricos.

9) «pTI» — Deve ser indicada a percentagem de partilha de lucros operacionais das atividades complementares à atividade de tratamento de resíduos resultantes de recolha indiferenciada, definida pela ERSAR para cada ano do período regulatório.

10) «pRS» — Deve ser indicada a percentagem de partilha de lucros operacionais das atividades complementares à atividade de recolha de seletiva de resíduos, definida pela ERSAR para cada ano do período regulatório.

11) «pTS» — Deve ser indicada a percentagem de partilha de lucros operacionais das atividades complementares à atividade de tratamento de resíduos resultantes de recolha seletiva, definida pela ERSAR para cada ano do período regulatório.

12) «Taxa de remuneração do capital alheio (utilizada no cálculo da TRA)» — Deve ser indicada a taxa de juro aplicável aos capitais alheios utilizada pela ERSAR na definição da taxa de remuneração dos ativos regulados.

13) «TRA» — Deve ser indicada a taxa de remuneração dos ativos regulados definida pela ERSAR.

Tabela 1.A1 - Pressupostos				
Nome	Unidade	t	t-1	Prospetivo
pTI				
pRS				
pTS				
Taxa de remuneração do capital alheio (utilizada no cálculo da TRA)				
TRA				
População servida	habitantes			
Taxa de regulação por mil habitantes	€/mil hab.			
Taxa de regulação por quantidade de resíduos geridos	€/tonelada			
Dados de cariz informativo - não utilizados no âmbito do presente ficheiro				
IHPC	Δ%			
euribor	p.p			
spread	p.p			

1.A2 — Saldo regulatório

Notas

1) Amortização de investimento futuro» — Deve ser indicado o montante registado contabilisticamente nas contas da concessionária correspondente ao acréscimo de gastos referente a amortizações acumuladas de investimento contratual por realizar.

2) «Passivos por impostos diferidos» — Deve ser indicado o montante registado contabilisticamente nas contas da concessionária correspondente ao montante de passivo por imposto diferido associado à amortização de investimento futuro.

3) «Ativos por impostos diferidos» — Deve ser indicado o montante registado contabilisticamente nas contas da concessionária correspon-

dente ao montante de ativo imposto diferido associado à amortização de investimento futuro

4) «Passivo inicial» — Deve ser indicado o resultado da soma algébrica: [Amortização de investimento futuro] + [Passivos por impostos diferidos] — [Ativos por impostos diferidos].

5) «Utilização inicial do passivo» — Deve ser indicado o valor contabilístico líquido das amortizações e subsídios do conjunto de bens e ativos que não integram a base de ativos da concessionária relevante para efeitos de apuramento dos proveitos permitidos.

6) «Valor de passivo regulatório remanescente» — Deve ser indicada a diferença entre o passivo inicial e a utilização inicial do passivo.

1.A2 - Saldo regulatório

Valores em euros

Valores no balanço a 31/12/2015	Amortização de investimento futuro	
	Passivos por impostos diferidos	
	Ativos por impostos diferidos	
	Passivo inicial	
	Utilização inicial do passivo	
	Valor de saldo regulatório remanescente	

1.B — Demonstrações da posição financeira

Notas

1) Nesta tabela devem ser apresentadas as demonstrações da posição financeira da concessionária do ano corrente (ano 0), do ano anterior (ano-1) e informação prospetiva (ano 0), com repartição de ativos e passivos entre atividades reguladas e não reguladas. O total deve corresponder ao montante reportado nas contas estatutárias das concessionárias.

2) O formato geral desta tabela obedece à demonstração da posição financeira preconizada no Sistema de Normalização Contabilística.

3) Devem ser desagregados os valores entre as atividades principais, complementares e não reguladas, bem como os movimentos de reconciliação entre as contas estatutárias e contas reguladas.

4) Deve ser apresentada uma tabela para o ano corrente, ano anterior e informação prospetiva.

Tabela 1.B - Demonstração da posição financeira

Valores em euros.

	Ano corrente (t)									
	Check	Total	Var. Ano anterior	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.	Var. Inf. Prosp.(%)	Atividades não reguladas	Diferenças no valor dos ativos de exploração	Outros movimentos de reconciliação	Atividades reguladas Ativos / Passivos aceites
Ativos fixos tangíveis										
Ativos intangíveis										
Outros ativos financeiros										
Ativos por impostos diferidos										
Ativo não corrente										
Inventários										
Clientes										
Adiantamentos a fornecedores										
Estado e outros entes públicos										
Outras contas a receber										
Diferimentos										
Caixa e depósitos bancários										
Ativo corrente										
ATIVO										
Capital realizado										
Prémio de emissão										
Reservas legais										
Outras reservas										
Resultados transitados										
Outras variações no capital próprio										
Resultado líquido do exercício										
CAPITAL PRÓPRIO										
Provisões										
Financiamentos obtidos										
Passivos por impostos diferidos										
Ajustamentos em subsídios										
Fornecedores										
Outras contas a pagar										
Passivo não corrente										
Fornecedores										
Adiantamentos a clientes										
Estado e outros entes públicos										
Outras contas a pagar										
Passivo corrente										
PASSIVO										
CAPITAL PRÓPRIO + PASSIVO										

	Ano anterior (t-1)				Informação prospetiva (t)		
	Total	Atividades reguladas	Atividades não reguladas		Total	Atividades reguladas	Atividades não reguladas
Ativos fixos tangíveis				Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis				Ativos intangíveis			
Outros ativos financeiros				Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos				Ativos por impostos diferidos			
Ativo não corrente				Ativo não corrente			
Inventários				Inventários			
Clientes				Clientes			
Adiantamentos a fornecedores				Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos				Estado e outros entes públicos			
Outras contas a receber				Outras contas a receber			
Diferimentos				Diferimentos			
Caixa e depósitos bancários				Caixa e depósitos bancários			
Ativo corrente				Ativo corrente			
ATIVO				ATIVO			
Capital realizado				Capital realizado			
Prémio de emissão				Prémio de emissão			
Reservas legais				Reservas legais			
Outras reservas				Outras reservas			
Resultados transitados				Resultados transitados			
Outras variações no capital próprio				Outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do exercício				Resultado líquido do exercício			
CAPITAL PRÓPRIO				CAPITAL PRÓPRIO			
Provisões				Provisões			
Financiamentos obtidos				Financiamentos obtidos			
Passivos por impostos diferidos				Passivos por impostos diferidos			
Ajustamentos em subsídios				Ajustamentos em subsídios			
Fornecedores				Fornecedores			
Outras contas a pagar				Outras contas a pagar			
Passivo não corrente				Passivo não corrente			
Fornecedores				Fornecedores			
Adiantamentos a clientes				Adiantamentos a clientes			
Estado e outros entes públicos				Estado e outros entes públicos			
Outras contas a pagar				Outras contas a pagar			
Passivo corrente				Passivo corrente			
PASSIVO				PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO + PASSIVO				CAPITAL PRÓPRIO + PASSIVO			

1.C — Demonstrações de resultados

Notas

1) Nesta tabela devem ser apresentadas as demonstrações de resultados da concessionária dos anos corrente, anterior e informação prospetiva, com repartição de custos e proveitos entre atividades reguladas e não reguladas. O total deve corresponder ao montante reportado nas contas estatutárias das concessionárias.

2) O formato geral desta tabela obedece à demonstração de resultados por natureza preconizada no Sistema de Normalização Contabilística.

3) Devem ser desagregados os valores entre as atividades principais, complementares e não reguladas, bem como os movimentos de reconciliação entre as contas estatutárias e contas reguladas.

4) Deve ser apresentada uma tabela para o ano corrente, ano anterior e informação prospetiva.

Tabela 1.C - Demonstrações de resultados

Valores em euros.

valores em euros.

Ano corrente (t)																	
Ch e c k	TOTAL	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)	Outros movimentos de reconciliação (1)	Outros movimentos de reconciliação (2)	Outros movimentos de reconciliação (3)	Outros movimentos de reconciliação (4)	Outros movimentos de reconciliação (...)	Atividades não reguladas	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)	Atividades reguladas			Diferença entre amortizações estatutárias e regulatórias	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)
												Proveitos/ Custos aceites das atividades principais	Proveitos/ Custos aceites das atividades complementares	Proveitos/Custos não aceites			
Vendas																	
Prestação de serviços																	
Volume de negócios																	
CMVMC																	
Variações nos inventários da produção																	
Margem bruta																	
Fornecimentos e serviços externos																	
Gastos com o pessoal																	
Amortizações, depreciações e reversões																	
Provisões e reversões																	
Perdas por imparidade e reversões																	
Ganhos e perdas do justo valor																	
Subsídios ao investimento																	
Subsídio à Exploração																	
Imparidade de inventários (perdas/reversões)																	
Trabalhos para a própria entidade																	
Outros gastos e perdas operacionais																	
Outros rendimentos e ganhos operacionais																	
Resultados operacionais																	
Gastos e perdas de financiamento																	
Rendimentos financeiros																	
Ganhos/(perdas) de investimentos financeiros																	
Resultados financeiros																	
Resultados correntes																	
Imposto do exercício																	
Imposto diferido																	
Resultado líquido do exercício																	

Ch e c k	Ano anterior (t-1)			
	Total	Proveitos/Custos aceites das atividades principais	Proveitos/Custos aceites das atividades complementares	Atividades não reguladas
Vendas				
Prestação de serviços				
Volume de negócios				
CMVMC				
Variações nos inventários da produção				
Margem bruta				
Fornecimentos e serviços externos				
Gastos com o pessoal				
Amortizações, depreciações e reversões				
Provisões e reversões				
Perdas por imparidade e reversões				
Ganhos e perdas do justo valor				
Subsídios ao investimento				
Subsídio à Exploração				
Imparidade de inventários (perdas/reversões)				
Trabalhos para a própria entidade				
Outros gastos e perdas operacionais				
Outros rendimentos e ganhos operacionais				
Resultados operacionais				
Gastos e perdas de financiamento				
Rendimentos financeiros				
Ganhos/(perdas) de investimentos financeiros				
Resultados financeiros				
Resultados correntes				
Imposto do exercício				
Imposto diferido				
Resultado líquido do exercício				

Ch e c k	Informação prospetiva (t)			
	Total	Proveitos/Custos aceites das atividades principais	Proveitos/Custos aceites das atividades complementares	Atividades não reguladas
Vendas				
Prestação de serviços				
Volume de negócios				
CMVMC				
Variações nos inventários da produção				
Margem bruta				
Fornecimentos e serviços externos				
Gastos com o pessoal				
Amortizações, depreciações e reversões				
Provisões e reversões				
Perdas por imparidade e reversões				
Ganhos e perdas do justo valor				
Subsídios ao investimento				
Subsídio à Exploração				
Imparidade de inventários (perdas/reversões)				
Trabalhos para a própria entidade				
Outros gastos e perdas operacionais				
Outros rendimentos e ganhos operacionais				
Resultados operacionais				
Gastos e perdas de financiamento				
Rendimentos financeiros				
Ganhos/(perdas) de investimentos financeiros				
Resultados financeiros				
Resultados correntes				
Imposto do exercício				
Imposto diferido				
Resultado líquido do exercício				

1.D — Proveitos permitidos

Notas

1) Nesta tabela devem ser apresentados os proveitos permitidos reais do ano corrente e variações face aos previsionais aprovados, para efeitos de definição dos ajustamentos a efetuar ao ano corrente.

2) Os gastos e encargos, bem como os rendimentos e ganhos a incluir em cada tarifa proposta, devem ser considerados em conformidade com o regulamento tarifário e documento complementar.

3) «CAPEX» -Início da secção da tabela reservada ao apuramento dos custos com capital.

4) «Valor regulatório da BAR de partida» — Deve ser indicado o valor dos ativos regulados existentes a 1 de janeiro de 2016.

5) «Ativos com vida útil» — Deve ser indicado o valor regulatório dos ativos regulados existentes a 1 de janeiro de 2016, cuja vida útil tenha sido ultrapassada.

6) «Ativos em fim de vida» — Deve ser indicado o valor regulatório dos ativos regulados existentes a 1 de janeiro de 2016, cuja vida útil tenha sido ultrapassada.

7) «Valor regulatório no final de cada ano» — Deve ser indicado a soma dos valores dos ativos da BAR de partida, ativos/Investimentos de substituição, ativos/Investimentos novos.

8) «Ativos da BAR de partida» — Deve ser indicado o valor regulatório dos ativos incluídos na BAR de partida em 31 de dezembro do ano corrente.

9) «Ativos/Investimentos de substituição» — Deve ser indicado o valor regulatório dos investimentos efetuados para substituição de equipamentos existentes e realizados em 31 de dezembro do ano corrente.

10) «Ativos/Investimentos novos» — Deve ser indicado o valor regulatório dos investimentos efetuados em ativos novos e necessários

para a expansão da atividade ou alteração das condições de operação, em 31 de dezembro do ano corrente.

11) «BAR a remunerar (média simples entre BAR a 1 de janeiro do ano n e a 31 de dezembro do ano t+2)» — Deve ser indicada a média simples apurada entre os valores regulatórios dos ativos existentes na BAR a 1 de janeiro do ano corrente e os existentes a 31 de dezembro do terceiro ano do período regulatório.

12) «Taxa de remuneração» — Deve ser indicada a taxa de remuneração dos ativos regulados definida pela ERSAR para o período regulatório em causa.

13) «Remuneração da BAR» — Deve ser indicado o resultado do produto obtido entre a BAR a remunerar e a taxa de remuneração definida.

14) «Amortizações» — Deve ser indicado o total das amortizações do exercício, calculadas pelo método de quotas constantes, em duodécimos, apuradas nos termos do RTR e do documento complementar.

15) «Ativos da BAR de partida» — Deve ser indicado a amortização do exercício dos ativos regulados incluídos na BAR de partida, calculada pelo método de quotas constantes, em duodécimos, apurada nos termos do RTR e do documento complementar.

16) «Investimentos substituição» — Deve ser indicado a amortização do exercício dos investimentos para substituição de equipamentos existentes e realizados no ano corrente, calculada pelo método de quotas constantes, em duodécimos, apurada nos termos do RTR e do documento complementar.

17) «Investimentos novos» — Deve ser indicada a amortização do exercício dos investimentos em ativos novos e necessários para a expansão da atividade ou alteração das condições de operação, efetuados no ano corrente, calculada pelo método de quotas constantes, em duodécimos, apurada nos termos do RTR e do documento complementar.

Os indicadores de custos de exploração reais do operador provêm da atividade complementar, calculados nos termos do RTR e do documento complementar.

45) «Tarifa regulada» — Resultado da divisão entre os proventos permitidos a levar à tarifa e as quantidades de resíduos urbanos de utilizadores municipais sujeitos a faturação.

[illegible]

Proveitos Permitidos Atualizados (PPA)	Ano t									Ano t-1			Informação prospectiva do ano t (PPA=PP)		
	TI	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)	RS	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)	TS	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)	TI	RS	TS	TI	RS	TS
Total de CAPEX															
Custos controláveis a incluir (prospetivos)															
Impacto dos indutores															
Custos não controláveis (reais do ano)															
Imputação de custos de estrutura (prospetivos)															
Total de OPEX															
Benefício da atividade complementar															
Ajustamentos a atividades complementares (1.º ano de atividade)															
Receitas Adicionais (prospetivas)															
Ajustamentos a receitas adicionais (derivados de variações no preço)															
Ganhos financeiros derivados de juros bonificados															
Proveitos Permitidos Atualizados (PPA)															

Ajustamentos aos Proveitos Permitidos (a incorporar em t+2)	
Tarifa aprovada para o ano t	
Quantidade de resíduos resultantes de recolha indiferenciada faturados	
Proveitos tarifários Obtidos (PO) no ano t	
Ajustamento aos proveitos permitidos do ano t	
Apuramento do impacto do ano t nos proveitos permitidos do ano t+2	
Incentivos (relativos a ao ano t)	
Ajustamento aos Proveitos Permitidos do ano t	
Montante a incluir nos Proveitos Permitidos de t+2	

1.E — Contas Estatutárias

Notas

- 1) Nesta tabela devem ser apresentadas as contas reais do ano n, sob a forma de Demonstração da posição financeira e Demonstração de resultados.
- 2) O formato geral desta tabela obedece à demonstração de resultados por natureza preconizada no Sistema de Normalização Contabilística.
- 3) Deve ser apresentada uma tabela para o ano corrente, ano anterior e informação prospectiva.

Tabela 1.E - Demonstração da posição financeira e Demonstrações de resultados estatutárias

Valores em euros.

	Ano corrente	Ano anterior	Informação prospectiva		Ano corrente	Ano anterior	Informação prospectiva
	t	t-1t	t		t	t-1t	t
Ativos fixos tangíveis				Vendas			
Ativos intangíveis				Prestação de serviços			
Outros ativos financeiros				Volume de negócios			
Ativos por impostos diferidos				CMVMC			
Ativo não corrente				Variações nos inventários da produção			
Inventários				Margem bruta			
Clientes				Fornecimentos e serviços externos			
Adiantamentos a fornecedores				Gastos com o pessoal			
Estado e outros entes públicos				Amortizações, depreciações e reversões			
Outras contas a receber				Provisões e reversões			
Diferimentos				Perdas por imparidade e reversões			
Caixa e depósitos bancários				Ganhos e perdas do justo valor			
Ativo corrente				Subsídios ao investimento			
ATIVO				Subsídio à Exploração			
Capital realizado				Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Prémio de emissão				Trabalhos para a própria entidade			
Reservas legais				Outros gastos e perdas operacionais			
Outras reservas				Outros rendimentos e ganhos operacionais			
Resultados transitados				Resultados operacionais			
Outras variações no capital próprio				Gastos e perdas de financiamento			
Resultado líquido do exercício				Rendimentos financeiros			
CAPITAL PRÓPRIO				Ganhos/(perdas) de investimentos financeiros			
Provisões				Resultados financeiros			
Financiamentos obtidos				Resultados correntes			
Passivos por impostos diferidos				Imposto do exercício			
Ajustamentos em subsídios				Imposto diferido			
Fornecedores				Resultado líquido do exercício			
Outras contas a pagar							
Passivo não corrente							
Fornecedores							
Adiantamentos a clientes							
Estado e outros entes públicos							
Outras contas a pagar							
Passivo corrente							
PASSIVO							
CAPITAL PRÓPRIO + PASSIVO							

2.A — Classes de ativos utilizáveis e respetivas taxas de amortização

Notas

- 1) Nesta tabela são apresentados os códigos de classificação de bens para utilização nas folhas 2.B, 2.C e 2.D, devendo a entidade gestora colocar a percentagem de amortização anual e a vida útil nos termos previstos no n.º 1 do artigo 9.º

Tabela 2.A - Classes de ativos utilizáveis e respetivas taxas de amortização

Código DR 25/2009	Classificação	Exemplos de ativos a considerar	Percentagem de amortização anual	Vida Útil
% de utilização		Aterro e terrenos afetos		Variável
Não amortizável	Terrenos - não amortizável		0	Infinita
Período da concessão	Período da concessão	Selagem de aterro		Determinada
2475	Intangíveis			
1225	Elettricidade - Obras hidráulicas fixas			
1230	Elettricidade - Equipamentos de centrais hidroelétricas			
1235	Elettricidade - Equipamentos de centrais termoeleétricas	Equipamentos específicos de Centrais de Incineração (VALORSUL)		
1240	Elettricidade - Subestações e postos de transformação			
1245	Elettricidade - Linhas de AT e suportes			
1250	Elettricidade - Linhas de BT e suportes			
1255	Elettricidade - Aparelhos de medida e controlo			
1265	Gás - Instalações de destilação de carvões minerais			
1270	Gás - Gasómetros e depósitos para armazenagem de gás			
1275	Gás - Subestações reductoras e rede de distribuição			
1280	Gás - Máquinas e outras instalações de uso específico			
1285	Gás - Aparelhos de medida e controlo			
2005	Edificações ligeiras (fibrocimento, madeira, zinco, etc)	Pequenas obras de construção, telheiros simples, lajes de betão para assentamento de equipamentos (ex. geradores), estruturas para telas de sombreamento, ecoporto subterrâneo		
2015	Edifícios comerciais e administrativos	Edifícios sede e de escritórios		

2.B1 — Lista de infraestructuras relevantes

1) Nesta tabela devem ser listadas as infraestruturas relevantes a serem utilizadas para identificação e agrupamento de conjuntos de ativos.

[illegible]

- 1) Nesta tabela devem ser listadas as células de aterro a utilizar bem como indicadas as quantidades reais depositadas no ano corrente.
- 2) Devem ser introduzidas as linhas necessárias para a identificação de todas as células de aterro a utilizar.

31) «Ano da última amortização» — Deve ser indicada o ano para a última amortização do ativo.

32) «Período de amortização futuro» — Deve ser indicado o número de meses esperados para a amortização completa do bem de acordo com os critérios resultantes da aplicação do RTR e documento complementar.

33) «Fim de Vida em n» — Deve ser indicado se é esperada a utilização do ativo no ano n apesar de este se encontrar totalmente amortizado, por se considerar que o ativo se encontra em condições de se manter em operação.

34) «Data do abate em n» — Deve ser preenchida a data de perda de funcionalidade do ativo.

35) «Amortizações do ano n» — Deve ser indicada a amortização do ativo para o ano n, calculada nos termos do RTR e documento complementar.

36) «Valor líquido contabilístico a 31/12/t» — Deve ser indicada o valor contabilístico do ativo a 31 de dezembro do ano n, resultante da amortização calculada nos termos do RTR e documento complementar.

37) «Valor regulatório a 31/12/t» — Deve ser indicado o valor contabilístico do ativo a 31 de dezembro do ano n, resultante da amortização calculada nos termos do RTR e documento complementar ou equivalente a uma amortização líquida do ativo, caso o ativo seja classificado com ativo em fim de vida.

38) «Transferência» — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.

39) «Tratamento mecânico» — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.

40) «Tratamento biológico» — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.

41) «Incineração» — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.

42) «Deposição em aterros» — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.

43) «Tratamento de efluentes líquidos e gasosos» — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.

44) «Produção de CDR» — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.

45) «TI» — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à atividade, equivalente à soma das percentagens afetadas às respetivas cadeias de valor.

46) «Interface com os utilizadores finais» — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.

47) «Gestão de equipamentos de deposição seletiva do fluxo multimaterial» — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.

48) «Gestão de ecocentros» — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.

49) «Recolha seletiva de resíduos do fluxo multimaterial» — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.

50) «RS» — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à atividade, equivalente à soma das percentagens afetadas às respetivas cadeias de valor.

51) «Triagem, enfiamento e armazenamento de resíduos do fluxo multimaterial» — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.

52) «Valorização orgânica» — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.

53) «Outros fluxos» — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.

54) «TS» — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à atividade, equivalente à soma das percentagens afetadas às respetivas cadeias de valor.

Tabela 2.C1 - Ativos de exploração existentes ou a abater à BAR
Valores em euros. Repartição em percentagem

Identificação do ativo						Determinação do Valor líquido estatutário												Determinação do valor a incluir na BAR de partida									
Classificação estatutária	Número de inventário	Descrição	Código 25/2009	Infraestrutura relevante	Observações	Quantidade	% partilha dos ativos	Critério de imputação utilizado	Valor líquido estatutário a 31/12/t-1	Amortizações estatutárias no exercício n	Valor líquido a 31/12/t	Valor de aquisição	Cofinanciamento	Subsídios a fundo perdido por reconhecer	Amortizações acumuladas a 31/12/t-1	Valor líquido a 31/12/t-1	Coefficiente de capacidade utilizada	Ativo a incluir na BAR	Valor líquido dos ativos com vida útil	Impacto no passivo	Passivo regulatório	Fim de Vida na BAR de partida	Valor regulatório na BAR de partida				

Determinação do prazo de amortização futuro				Cálculo das amortizações e do valor regulatório no final de t				
Entrada em funcionamento	Vida útil	Ano da última amortização	Período de amortização futuro	Fim de Vida em t	Data do abate em t	Amortizações do ano t	Valor líquido contabilístico a 31/12/t	Valor regulatório a 31/12/t

Repartição dos valores a incluir na BAR de partida pelas atividades e respetivas fases da cadeia de valor																	
Transferência	Tratamento mecânico	Tratamento biológico	Incineração	Deposição em aterros	Tratamento de efluentes líquidos e gasosos	Produção de CDR	TI	Interface com os utilizadores finais	Gestão de equipamentos de deposição seletiva do fluxo multimaterial	Gestão de ecocentros	Recolha seletiva de resíduos do fluxo multimaterial	RS	Triagem, enfiamento e armazenamento de resíduos do fluxo multimaterial	Valorização orgânica	Outros fluxos	TS	Check

2.C2 — Investimentos em ativos de exploração de substituição

Notas

1) Nesta tabela devem ser indicados os critérios a utilizar para o apuramento da partilha de ativos.

2) Devem ser introduzidas as linhas necessárias para a identificação de todos os critérios a utilizar no período regulatório em causa.

Tabela 2.C2 - Critérios de imputação utilizado para apuramento da percentagem de partilha dos ativos

Critério de imputação utilizado

2.D1 — Investimentos em ativos de exploração de substituição

Notas

3) Nesta tabela devem ser indicados os investimentos a realizar para substituição de ativos existentes registados na tabela «Ativos de exploração existentes ou a abater à BAR».

4) Devem ser introduzidas as linhas necessárias para a identificação de todos os investimentos a realizar no período regulatório em causa.

5) «Número de inventário» — Deve ser indicado o registo alfanumérico atribuído ao ativo pela entidade gestora.

6) «Descrição» — Deve ser indicada a descrição genérica do bem.

7) «Código 25/2009» — Deve ser escolhido um código disponível na tabela 2.A, classificando o bem e atribuindo automaticamente um período de vida útil para efeitos regulatórios.

8) «Infraestrutura relevante» — Deve ser utilizada uma das infraestruturas listada na tabela 2.B1, identificando a localização ou a infraestrutura onde se situa o bem.

9) «Observações» — Campo disponível para observações que permitam identificar o ativo alvo de substituição.

10) «Quantidade» — Deve ser reportada a quantidade de bens idênticos a adquirir ou construir em simultâneo e que compoñham o grupo homogêneo de bens, incluídos no valor de aquisição.

11) «Aquisições diretas» — Deve ser reportado o custo com as aquisições diretas que contribuam para a realização do ativo em questão.

12) «FSE» — Deve ser reportado o gasto em FSE que não correspondem a gastos para o exercício anual, mas antes a gastos a serem incorporados no valor do bem a incluir na BAR.

VLC = valor líquido contabilístico

(1) - valor líquido contábilístico dos ativos que não constam da BAR (-)

(2) - valor regulatório de ativos com valor contabilístico nulo

(3) - ativos com VLC estatutário, mas cujo período de amortização regulatório já terminou e estão valorizados a "zero" na BAR

(4) - nas contas reguladas é utilizado o método de amortização a taxas constantes (não amortiza no ano de aquisição e amortiza no último ano), podendo existir diferenças para as contas estatutárias

(5) - outros movimentos de reconciliação não considerados nas alíneas anteriores

Notas

2) Tabela com as categorias de pessoal a serem utilizadas nas tabelas referentes a gastos com pessoal (tabelas 3.A, 3.B, 3.C e 3.D.)

3.B — Gastos com pessoal do ano n

Notas

7) «Salário base» — Deve ser indicada a remuneração real bruta anual do trabalhador, incluindo remuneração base e subsídios.

alocação do trabalhador à fase da cadeia de valor.

Valores em euros. Repartição em percentagem

[illegible]

4 — Manutenção programada a realizar no ano n

Notas

1) Nesta tabela devem ser inseridas as informações sobre a manutenção programada para o ano corrente.

2) Devem ser introduzidas as linhas necessárias para a identificação de todas as ações de manutenção efetuadas.

3) Número de inventário — Deve ser escolhido um registro alfanumérico atribuído a um ativo identificado na tabela 2.B.

4) Ativo da Tabela 2.D2 — Deve ser indicado se a operação de manutenção incide sobre um ativo novo identificado na tabela 2.D2.

5) Descrição sumária da intervenção — Deve ser efetuada uma breve descrição da ação de manutenção realizada, indicando a frequência prevista para o tipo de ação.

6) Periodicidade — Deve ser indicada a periodicidade de realização de intervenções de manutenção idênticas.

7) Valor global da manutenção — Deve ser indicado o valor da manutenção.

8) Diferimento — Deve ser indicado se se pretende a repartição do montante do gasto por vários anos, até ao limite da periodicidade.

9) Valor ano n — Deve ser indicada a quota-parte do valor global de manutenção a imputar em caso de diferimento.

10) «Transferência» — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.

11) «Tratamento mecânico — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.

12) «Tratamento biológico» — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.

13) «Incineração» — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.

14) «Deposição em aterros» — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.

15) «Tratamento de efluentes líquidos e gasosos» — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.

16) «Produção de CDR — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.

17) «TI» — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afetado à atividade, equivalente à soma das percentagens afetadas às respetivas cadeias de valor.

18) «Interface com os utilizadores finais» — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.

19) «Gestão de equipamentos de deposição seletiva do fluxo multimaterial» — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.

20) «Gestão de ecocentros» — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.

21) «Recolha seletiva de resíduos do fluxo multimaterial» — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.

22) «RS» — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à atividade, equivalente à soma das percentagens afetas às respetivas cadeias de valor.

23) «Triagem, enfiamento e armazenamento de resíduos do fluxo multimaterial» — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.

24) «Valorização orgânica» — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.

25) «Outros fluxos» — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afeto à fase da cadeia de valor.

26) «TS» — Deve ser indicada a percentagem do ativo que se encontra afetado à atividade, equivalente à soma das percentagens afetadas às respetivas cadeias de valor.

Tabela 4 - Manutenção realizada no ano t

Valores em euros. Repartição em percentagem

[illegible]

5 — Custos controláveis por fase do processo de cada atividade

Notas

1) Nesta tabela devem ser discriminados e detalhados por atividades e respectivas fases da cadeia de valor os gastos anuais reais com os serviços externos para o ano n, n-1 e informação prospectiva. São considerados como custos controláveis, os que contribuem, direta ou indiretamente, para cada uma das atividades e cuja variação pode ser influenciada por decisões de gestão.

2) Devem ser registrados todos os custos diretos e indiretos que não sejam considerados não controláveis nos termos do artigo 35.º do RTR imputáveis às atividades.

2) Os custos devem ser apresentados por natureza.

3) Devem ser introduzidas as linhas necessárias para a discriminação das rubricas de gastos indicadas.

Tabela 5 - Custos controláveis por fase do processo de cada atividade

Valores em euros. Devem ser discriminados os custos controláveis de forma a justificar o montante global por rúbrica

Tratamento de resíduos resultantes da recolha indiferenciada										Recolha Seletiva								
Ano t	Transferência	Tratamento mecânico	Tratamento biológico	Incineração	Deposição em aterros	Tratamento de efluentes líquidos e gasosos	Produção de CDR	Subtotal (TI)	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)	Ano t	Interface com os utilizadores finais	Gestão de equipamentos de deposição seletiva do fluxo multimaterial	Gestão de ecocentros	Recolha seletiva de resíduos do fluxo multimaterial	Subtotal (TI)	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas											Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas							
Mercadorias Matérias-primas, subsidiárias e de consumo											Mercadorias Matérias-primas, subsidiárias e de consumo							
Ativos Biológicos											Ativos Biológicos							
Fornecimentos e Serviços Externos											Fornecimentos e Serviços Externos							
Subcontratos											Subcontratos							
Serviços especializados											Serviços especializados							
Materiais											Materiais							
Energia e fluidos											Energia e fluidos							
Deslocações, estadas e transportes											Deslocações, estadas e transportes							
Serviços diversos											Serviços diversos							
Seguros											Seguros							
Outros serviços											Outros serviços							
Trabalho temporário											Trabalho temporário							
Transporte de resíduos, lixiviados e outros											Transporte de resíduos, lixiviados e outros							
Limpezas Industriais											Limpezas Industriais							
Atividades de tratamento/valorização de RII											Atividades de tratamento/valorização de RII							

Tratamento de resíduos resultantes da recolha indiferenciada								Subtotal (TI)	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)	Recolha Seletiva				Subtotal (TI)	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)
Ano t	Transferência	Tratamento mecânico	Tratamento biológico	Incineração	Deposição em aterros	Tratamento de efluentes líquidos e gasosos	Produção de CDR				Ano t	Interface com os utilizadores finais	Gestão de equipamentos de deposição seletiva do fluxo multimaterial	Gestão de ecocentros	Recolha seletiva de resíduos do fluxo multimaterial		
Outros subcontratos											Outros subcontratos						
Trabalhos especializados											Trabalhos especializados						
Publicidade e propaganda											Publicidade e propaganda						
Vigilância e segurança											Vigilância e segurança						
Honorários											Honorários						
Comissões											Comissões						
Conservação e reparação											Conservação e reparação						
Conservação e reparação de viaturas											Conservação e reparação de viaturas						
Outros Serviços Especializados											Outros Serviços Especializados						
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido											Ferramentas e utensílios de desgaste rápido						
Livros e documentação técnica											Livros e documentação técnica						
Material de escritório											Material de escritório						
Artigos para oferta											Artigos para oferta						
Outros											Outros						
Electricidade											Electricidade						
Combustíveis											Combustíveis						
Água											Água						
Outros											Outros						
Deslocações e estadas											Deslocações e estadas						
Transportes de pessoal											Transportes de pessoal						
Transportes de mercadorias											Transportes de mercadorias						
Outros											Outros						
Rendas e alugueres											Rendas e alugueres						
Comunicação											Comunicação						
Multirrisco											Multirrisco						
Frota											Frota						
Acidentes de Trabalho											Acidentes de Trabalho						
Acidentes											Acidentes						
Pessoais											Pessoais						
Doença											Doença						
Responsabilidade											Responsabilidade						
Civil											Civil						
Vida											Vida						
Outros seguros											Outros seguros						
Royalties											Royalties						
Contencioso e notariado											Contencioso e notariado						
Despesas de representação											Despesas de representação						
Limpeza, higiene e conforto (discriminar por serviço)											Limpeza, higiene e conforto (discriminar por serviço)						
Gastos com o pessoal											Gastos com o pessoal						
Conservação e manutenção plurianual											Conservação e manutenção plurianual						
Outros gastos operacionais											Outros gastos operacionais						
Total											Total						

Tratamento de resíduos resultantes da recolha seletiva				Subtotal (TI)	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)	Ano t	Estrutura					
Ano t	Triagem, enfiamento e armazenamento de resíduos do fluxo multimaterial	Valorização orgânica	Outros fluxos					Subtotal (Estrutura)	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)	Total	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas							Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas						
Mercadorias							Mercadorias						
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo							Matérias-primas, subsidiárias e de consumo						
Ativos Biológicos							Ativos Biológicos						
Fornecimentos e Serviços Externos							Fornecimentos e Serviços Externos						
Subcontratos							Subcontratos						
Serviços especializados							Serviços especializados						
Materiais							Materiais						
Energia e fluidos							Energia e fluidos						
Deslocações, estadas e transportes							Deslocações, estadas e transportes						
Serviços diversos							Serviços diversos						
Seguros							Seguros						
Outros serviços							Outros serviços						
Trabalho temporário							Trabalho temporário						
Transporte de resíduos, lixiviados e outros							Transporte de resíduos, lixiviados e outros						
Limpezas Industriais							Limpezas Industriais						
Atividades de tratamento/valorização de RU							Atividades de tratamento/valorização de RU						
Outros subcontratos							Outros subcontratos						
Trabalhos especializados							Trabalhos especializados						
Publicidade e propaganda							Publicidade e propaganda						
Vigilância e segurança							Vigilância e segurança						
Honorários							Honorários						
Comissões							Comissões						
Conservação e reparação							Conservação e reparação						
Conservação e reparação de viaturas							Conservação e reparação de viaturas						
Outros Serviços Especializados							Outros Serviços Especializados						
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido							Ferramentas e utensílios de desgaste rápido						
Livros e documentação técnica							Livros e documentação técnica						
Material de escritório							Material de escritório						
Artigos para oferta							Artigos para oferta						
Outros							Outros						
Electricidade							Electricidade						
Combustíveis							Combustíveis						
Água							Água						
Outros							Outros						
Deslocações e estadas							Deslocações e estadas						
Transportes de pessoal							Transportes de pessoal						
Transportes de mercadorias							Transportes de mercadorias						
Outros							Outros						
Rendas e alugueres							Rendas e alugueres						
Comunicação							Comunicação						
Multirrisco							Multirrisco						
Frota							Frota						
Acidentes de Trabalho							Acidentes de Trabalho						

Ano t	Tratamento de resíduos resultantes da recolha seletiva			Subtotal (TI)	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)	Ano t	Estrutura Subtotal (Estrutura)	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)	Total	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)
	Triagem, enfiamento e armazenamento de resíduos do fluxo multimaterial	Valorização orgânica	Outros fluxos										
Acidentes Pessoais Doença Responsabilidade Civil Vida Outros seguros Royalties Contencioso e notariado Despesas de representação Limpeza, higiene e conforto (discriminar por serviço) (discriminar por serviço)							Acidentes Pessoais Doença Responsabilidade Civil Vida Outros seguros Royalties Contencioso e notariado Despesas de representação Limpeza, higiene e conforto (discriminar por serviço) (discriminar por serviço)						
Gastos com o pessoal							Gastos com o pessoal						
Conservação e manutenção plurianual							Conservação e manutenção plurianual						
Outros gastos operacionais							Outros gastos operacionais						
Total							Total						

Ano t-1	Tratamento de resíduos resultantes da recolha diferenciada							Subtotal (TI)
	Transferência	Tratament e mecânico	Tratamento biológico	Incineração	Deposição em aterros	Tratamento de efluentes líquidos e gasosos	Produção de CDR	
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas								
Mercadorias Matérias-primas, subsidiárias e de consumo Ativos Biológicos								
Fornecimentos e Serviços Externos								
Subcontratos Serviços especializados Materiais Energia e fluidos Deslocações, estadas e transportes Serviços diversos Seguros Outros serviços Trabalho temporário Transporte de resíduos, lixiviados e outros Limpezas Industriais Atividades de tratamento/valorização de RU Outros subcontratos Trabalhos especializados Publicidade e propaganda Vigilância e segurança Honorários Comissões Conservação e reparação Conservação e reparação de viaturas Outros Serviços Especializados Ferramentas e utensílios de desgaste rápido Livros e documentação técnica Material de escritório Artigos para oferta Outros Eleticidade Combustíveis Água Outros Deslocações e estadas Transportes de pessoal Transportes de mercadorias Outros Rendas e alugueres Comunicação Multiriscos Frota Acidentes de Trabalho Acidentes Pessoais Doença Responsabilidade Civil Vida Outros seguros Royalties Contencioso e notariado Despesas de representação Limpeza, higiene e conforto (discriminar por serviço) (discriminar por serviço)								
Gastos com o pessoal								
Conservação e manutenção plurianual								
Outros gastos operacionais								
Total								

Ano t-1	Recolha Seletiva				Subtotal (TI)
	Interface com os utilizadores finais	Gestão de equipamentos de deposição seletiva do fluxo multimaterial	Gestão de ecocentros	Recolha seletiva de resíduos do fluxo multimaterial	
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas					
Mercadorias Matérias-primas, subsidiárias e de consumo Ativos Biológicos					
Fornecimentos e Serviços Externos					
Subcontratos Serviços especializados Materiais Energia e fluidos Deslocações, estadas e transportes Serviços diversos Seguros Outros serviços Trabalho temporário Transporte de resíduos, lixiviados e outros Limpezas Industriais Atividades de tratamento/valorização de RU Outros subcontratos Trabalhos especializados Publicidade e propaganda Vigilância e segurança Honorários Comissões Conservação e reparação Conservação e reparação de viaturas Outros Serviços Especializados Ferramentas e utensílios de desgaste rápido Livros e documentação técnica Material de escritório Artigos para oferta Outros Eleticidade Combustíveis Água Outros Deslocações e estadas Transportes de pessoal Transportes de mercadorias Outros Rendas e alugueres Comunicação Multiriscos Frota Acidentes de Trabalho Acidentes Pessoais Doença Responsabilidade Civil Vida Outros seguros Royalties Contencioso e notariado Despesas de representação Limpeza, higiene e conforto (discriminar por serviço) (discriminar por serviço)					
Gastos com o pessoal					
Conservação e manutenção plurianual					
Outros gastos operacionais					
Total					

Ano t-1	Tratamento de resíduos resultantes da recolha seletiva			Subtotal (TI)
	Triagem, enfiamento e armazenamento de resíduos de fluxo multimaterial	Valorização orgânica	Outros fluxos	
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas				
Mercadorias Matérias-primas, subsidiárias e de consumo Ativos Biológicos				
Fornecimentos e Serviços Externos				
Subcontratos Serviços especializados Materiais Energia e fluidos Deslocações, estadas e transportes Serviços diversos Seguros Outros serviços Trabalho temporário Transporte de resíduos, lixiviados e outros Limpezas Industriais Atividades de tratamento/valorização de RU Outros subcontratos Trabalhos especializados Publicidade e propaganda Vigilância e segurança Honorários Comissões Conservação e reparação Conservação e reparação de viaturas Outros Serviços Especializados Ferramentas e utensílios de desgaste rápido Livros e documentação técnica Material de escritório Artigos para oferta Outros Eleticidade Combustíveis				

Ano t-1	Estrutura Subtotal (Estrutura)	Total
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas		
Mercadorias Matérias-primas, subsidiárias e de consumo Ativos Biológicos		
Fornecimentos e Serviços Externos		
Subcontratos Serviços especializados Materiais Energia e fluidos Deslocações, estadas e transportes Serviços diversos Seguros Outros serviços Trabalho temporário Transporte de resíduos, lixiviados e outros Limpezas Industriais Atividades de tratamento/valorização de RU Outros subcontratos Trabalhos especializados Publicidade e propaganda Vigilância e segurança Honorários Comissões Conservação e reparação Conservação e reparação de viaturas Outros Serviços Especializados Ferramentas e utensílios de desgaste rápido Livros e documentação técnica Material de escritório Artigos para oferta Outros Eleticidade Combustíveis		

Ano t-1	Tratamento de resíduos resultantes da recolha seletiva			Subtotal (T)
	Triagem, enfiamento e armazenamento de resíduos do fluxo multimaterial	Valorização orgânica	Outros fluxos	
Água				
Outros				
Deslocações e estadas				
Transportes de pessoal				
Transportes de mercadorias				
Outros				
Rendas e alugueres				
Comunicação				
Multiriscos				
Frota				
Acidentes de Trabalho				
Acidentes Pessoais				
Doença				
Responsabilidade Civil				
Vida				
Outros seguros				
Royalties				
Contencioso e notariado				
Despesas de representação				
Limpeza, higiene e conforto (discriminar por serviço)				
Gastos com o pessoal				
Conservação e manutenção plurianual				
Outros gastos operacionais				
Total				

Ano t-1	Estrutura		Total
	Subtotal (Estrutura)		
Água			
Outros			
Deslocações e estadas			
Transportes de pessoal			
Transportes de mercadorias			
Outros			
Rendas e alugueres			
Comunicação			
Multiriscos			
Frota			
Acidentes de Trabalho			
Acidentes Pessoais			
Doença			
Responsabilidade Civil			
Vida			
Outros seguros			
Royalties			
Contencioso e notariado			
Despesas de representação			
Limpeza, higiene e conforto (discriminar por serviço)			
Gastos com o pessoal			
Conservação e manutenção plurianual			
Outros gastos operacionais			
Total			

2016	Tratamento de resíduos resultantes da recolha indiferenciada							Subtotal (T)
	Transferência	Tratamento mecânico	Tratamento biológico	Incineração	Deposição em aterros	Tratamento de efluentes líquidos e gasosos	Produção de CDR	
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas								
Mercadorias								
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo								
Ativos Biológicos								
Fornecimentos e Serviços Externos								
Subcontratos								
Serviços especializados								
Matérias								
Energia e fluidos								
Deslocações, estadas e transportes								
Serviços diversos								
Seguros								
Outros serviços								
Trabalho temporário								
Transporte de resíduos, lixiviados e outros								
Limpezas Industriais								
Atividades de tratamento/valorização de RU								
Outros subcontratos								
Trabalhos especializados								
Publicidade e propaganda								
Vigilância e segurança								
Honorários								
Comissões								
Conservação e reparação								
Conservação e reparação de viaturas								
Outros Serviços Especializados								
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido								
Livros e documentação técnica								
Material de escritório								
Artigos para oferta								
Outros								
Eleticidade								
Combustíveis								
Água								
Outros								
Deslocações e estadas								
Transportes de pessoal								
Transportes de mercadorias								
Outros								
Rendas e alugueres								
Comunicação								
Multiriscos								
Frota								
Acidentes de Trabalho								
Acidentes Pessoais								
Doença								
Responsabilidade Civil								
Vida								
Outros seguros								
Royalties								
Contencioso e notariado								
Despesas de representação								
Limpeza, higiene e conforto (discriminar por serviço)								
Gastos com o pessoal								
Conservação e manutenção plurianual								
Outros gastos operacionais								
Total								

2016	Recolha Seletiva				Subtotal (T)
	Interface com os utilizadores finais	Gestão de equipamentos de deposição seletiva do fluxo multimaterial	Gestão de ecocentros	Recolha seletiva de resíduos do fluxo multimaterial	
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas					
Mercadorias					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo					
Ativos Biológicos					
Fornecimentos e Serviços Externos					
Subcontratos					
Serviços especializados					
Matérias					
Energia e fluidos					
Deslocações, estadas e transportes					
Serviços diversos					
Seguros					
Outros serviços					
Trabalho temporário					
Transporte de resíduos, lixiviados e outros					
Limpezas Industriais					
Atividades de tratamento/valorização de RU					
Outros subcontratos					
Trabalhos especializados					
Publicidade e propaganda					
Vigilância e segurança					
Honorários					
Comissões					
Conservação e reparação					
Conservação e reparação de viaturas					
Outros Serviços Especializados					
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido					
Livros e documentação técnica					
Material de escritório					
Artigos para oferta					
Outros					
Eleticidade					
Combustíveis					
Água					
Outros					
Deslocações e estadas					
Transportes de pessoal					
Transportes de mercadorias					
Outros					
Rendas e alugueres					
Comunicação					
Multiriscos					
Frota					
Acidentes de Trabalho					
Acidentes Pessoais					
Doença					
Responsabilidade Civil					
Vida					
Outros seguros					
Royalties					
Contencioso e notariado					
Despesas de representação					
Limpeza, higiene e conforto (discriminar por serviço)					
Gastos com o pessoal					
Conservação e manutenção plurianual					
Outros gastos operacionais					
Total					

Ano t	Tratamento de resíduos resultantes da recolha seletiva			Subtotal (T)
	Triagem, enfiamento e armazenamento de resíduos do fluxo multimaterial	Valorização orgânica	Outros fluxos	
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas				
Mercadorias				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo				
Ativos Biológicos				
Fornecimentos e Serviços Externos				
Subcontratos				
Serviços especializados				
Matérias				
Energia e fluidos				
Deslocações, estadas e transportes				
Serviços diversos				
Seguros				
Outros serviços				
Trabalho temporário				
Transporte de resíduos, lixiviados e outros				
Limpezas Industriais				
Atividades de tratamento/valorização de RU				
Outros subcontratos				
Trabalhos especializados				
Publicidade e propaganda				
Vigilância e segurança				
Honorários				
Comissões				
Conservação e reparação				

Ano t	Estrutura		Total
	Subtotal (Estrutura)		
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas			
Mercadorias			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo			
Ativos Biológicos			
Fornecimentos e Serviços Externos			
Subcontratos			
Serviços especializados			
Matérias			
Energia e fluidos			
Deslocações, estadas e transportes			
Serviços diversos			
Seguros			
Outros serviços			
Trabalho temporário			
Transporte de resíduos, lixiviados e outros			
Limpezas Industriais			
Atividades de tratamento/valorização de RU			
Outros subcontratos			
Trabalhos especializados			
Publicidade e propaganda			
Vigilância e segurança			
Honorários			
Comissões			
Conservação e reparação			

Ano t	Tratamento de resíduos resultantes da recolha seletiva			Subtotal (T)	Ano t	Estrutura Subtotal (Estrutura)	Total
	Triagem, enfiamento e armazenamento de resíduos de fluxo multimaterial	Valorização orgânica	Outros fluxos				
Conservação e reparação de viaturas Outros Serviços Especializados Ferramentas e utensílios de desgaste rápido Livros e documentação técnica Material de escritório Artigos para oferta Outros Eletricidade Combustíveis Água Outros Deslocações e estadas Transportes de pessoal Transportes de mercadorias Outros Rendas e alugueres Comunicação Multirrisco Frota Acidentes de Trabalho Acidentes Pessoais Doença Responsabilidade Civil Vida Outros seguros Royalties Contencioso e notariado Despesas de representação Limpeza, higiene e conforto (discriminar por serviço) (discriminar por serviço)							
Gastos com o pessoal							
Conservação e manutenção plurianual							
Outros gastos operacionais							
Total					Total		

6 — Custos não controláveis

Notas

- 1) Nesta tabela devem ser registados os custos que embora aceites para efeito de contas reguladas, não podem ser influenciadas pelas entidades gestoras.
- 2) Devem ser registados os custos considerados não controláveis nos termos do RTR, por fase da cadeia de valor, em situação de manutenção das condições de operação face ao histórico.
- 3) Os valores devem ser registados relativamente aos anos n, n-1 e informação prospetiva do ano n.
- 4) Devem ser introduzidas as linhas necessárias para a discriminação das rubricas de gastos indicadas.

Tabela 6 - Custos não controláveis

Valores em euros. Devem ser discriminados os custos controláveis de forma a justificar o montante global por rubrica

		Tratamento de resíduos resultantes da recolha indiferenciada							Recolha Seletiva			Tratamento de resíduos resultantes da recolha seletiva			Estrutura Subtotal (Estrutura)	Total	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)
		Transferência	Tratamento mecânico	Tratamento biológico	Incineração	Deposição em aterros	Tratamento de efluentes líquidos e gasosos	Produção de CDR	Interface com os utilizadores finais	Gestão de equipamentos de deposição seletiva do fluxo multimaterial	Gestão de ecocentros	Recolha seletiva de resíduos do fluxo multimaterial	Triagem, enfiamento e armazenamento de resíduos do fluxo multimaterial	Valorização orgânica	Outros fluxos			
Ano corrente	2016																	
	Taxas regulatórias																	
	Fixa (por mil habitantes)																	
	Por RU																	
	Licenças ambientais																	
	Licenças ambientais e de exploração																	
	Outros licenciamentos e alvarás																	
	CMVMC - SPV (Valorsul)																	
	Impostos																	
	Imposto de Circulação (IUC)																	
Ano anterior	2015																	
	Taxas regulatórias																	
	Fixa (por mil habitantes)																	
	Por RU																	
	Licenças ambientais																	
	Licenças ambientais e de exploração																	
	Outros licenciamentos e alvarás																	
	CMVMC - SPV (Valorsul)																	
	Impostos																	
	Imposto de Circulação (IUC)																	
Informação prospetiva	2016																	
	Taxas regulatórias																	
	Fixa (por mil habitantes)																	
	Por RU																	
	Licenças ambientais																	
	Licenças ambientais e de exploração																	
	Outros licenciamentos e alvarás																	
	CMVMC - SPV (Valorsul)																	
	Impostos																	
	Imposto de Circulação (IUC)																	

7.A — Custos de exploração de estrutura

Notas

- 1) Nesta tabela devem ser indicados os gastos com a área de estrutura aceites e repercutíveis, tendo em conta os gastos apresentados nas tabelas 5 e 6.
- 2) Os de gastos controláveis devem ser preenchidos a preços correntes para os anos n, n-1 e informação prospetiva

3) «CMVMC» — Deve ser indicado o total dos gastos de natureza contabilística custo de mercadoria vendidas e matérias consumidas a imputar à área de estrutura no ano em causa.

4) «FSE» — Deve ser indicado o total dos gastos de natureza contabilística fornecimentos e serviços externos a imputar à área de estrutura no ano em causa.

5) «Gastos com pessoal» — Deve ser indicado o total dos gastos de natureza contabilística gastos com pessoal a imputar à área de estrutura no ano em causa.

6) «Outros gastos operacionais» — Deve ser indicado o total dos gastos operacionais a imputar à área de estrutura no ano em causa, que não tenham sido incluídos nas rubricas anteriores.

7) «Total de custos controláveis» — Deve ser indicado o total dos gastos controláveis a imputar à área de estrutura no ano em causa.

8) «Total de custos controláveis a preços correntes» — Deve ser indicado o total dos gastos controláveis a imputar à área de estrutura no ano em causa, a preços correntes.

9) «Taxas regulatórias» — Deve ser indicado o total dos gastos com taxas regulatórias a imputar à área de estrutura no ano em causa.

10) «Licenças ambientais» — Deve ser indicado o total dos gastos com licenças ambientais e similares a imputar à área de estrutura no ano em causa.

11) «Impostos» — Deve ser indicado o total dos gastos com impostos diretos e indiretos de natureza não controlável, que não tenham sido incluídos nas rubricas anteriores, a imputar à área de estrutura no ano em causa.

12) «Total de custos não controláveis» — Deve ser indicado o total dos gastos controláveis a imputar à área de estrutura no ano em causa.

13) «Total de custos não controláveis a preços correntes» — Deve ser indicado o total dos gastos controláveis a imputar à área de estrutura no ano em causa, a preços correntes.

14) «Financiamento das infraestruturas e equipamentos administrativos» — Deve ser indicado o montante para o financiamento das infraestruturas e equipamentos administrativos em função da BAR no início do período regulatório a atribuir à área de estrutura no ano em causa.

15) «Total repercutível nas atividades» — Deve ser indicado o total dos gastos aceites para o funcionamento da área de estrutura no ano em causa a ser repercutido nas atividades.

Tabela 7.A - Custos de exploração de estrutura

Valores em Euros

Rubrica	Estrutura				
	Ano corrente	Ano anterior	Informação prospetiva	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)
CMVMC					
FSE					
Gastos com pessoal					
Outros gastos operacionais					
Total de custos controláveis					
Taxas regulatórias					
Licenças ambientais					
Impostos					
Total de custos não controláveis					
Total repercutível nas atividades					

7.B — Custos de exploração da atividade de tratamento de resíduos resultantes de recolha indiferenciada (TI)

Notas

1) Nesta tabela devem ser indicados os custos de exploração da atividade de tratamento de resíduos resultantes de recolha indiferenciada para os anos n, n-1 e informação prospetiva, por natureza contabilística e por fase da cadeia de valor.

2) Os gastos controláveis devem ser preenchidos para os anos n, n-1 e informação prospetiva.

3) «CMVMC» — Deve ser indicado o total dos gastos de natureza contabilística, custo de mercadoria vendidas e matérias consumidas, a imputar à fase da cadeia de valor ou atividade no ano em causa, derivados da realização de investimento em ativos novos.

4) «FSE» — Deve ser indicado o total dos gastos de natureza contabilística, fornecimentos e serviços externos, a imputar à fase da cadeia de valor ou atividade no ano em causa, derivados da realização de investimento em ativos novos.

5) «Gastos com pessoal» — Deve ser indicado o total dos gastos de natureza contabilística, gastos com pessoal, a imputar à fase da cadeia de valor ou atividade no ano em causa, derivados da realização de investimento em ativos novos.

6) «Outros gastos operacionais» — Deve ser indicado o total dos gastos operacionais a imputar à fase da cadeia de valor ou atividade no ano em causa, derivados da realização de investimento em ativos novos, que não tenham sido incluídos nas rubricas anteriores.

7) «Custos controláveis base» — Deve ser indicado o total dos gastos controláveis aceites para efeitos de apuramento dos proveitos permitidos reais em cenário de manutenção das condições de operação, a imputar à fase da cadeia de valor ou atividade no ano em causa.

8) «Custos controláveis derivados de novos investimentos» — Deve ser indicado o total dos gastos controláveis a imputar à fase da cadeia de valor ou atividade no ano em causa, derivados da realização de investimento em ativos novos.

9) «Manutenção e conservação plurianual» — Deve ser indicado o total dos gastos com conservação e manutenção dos ativos afetos à fase da cadeia de valor ou atividade no ano em causa, de natureza esporádica com periodicidade superior a 1 ano.

10) «Subtotal dos custos controláveis» — Deve ser indicada a soma dos custos controláveis base, custos controláveis derivados de novos investimentos e manutenção e conservação plurianual a imputar à fase da cadeia de valor ou atividade no ano em causa.

11) «Dedução dos custos controláveis comuns imputáveis às atividades complementares» — Deve ser indicada a proporção dos gastos controláveis afetos à atividade que devem ser deduzidos do cálculo dos proveitos permitidos reais por se verificarem comuns a atividades complementares, sendo o seu apuramento efetuado de acordo com a contabilidade autónoma das respetivas atividades.

12) «Total de custos controláveis» — Deve ser indicado o resultado da dedução dos custos controláveis comuns imputáveis às atividades complementares ao subtotal dos custos controláveis no ano em causa.

13) «Total de custos não controláveis» — Deve ser indicado o total dos gastos controláveis a imputar à fase da cadeia de valor ou atividade no ano em causa, derivados da realização de investimento em ativos novos.

14) «Taxas regulatórias» — Deve ser indicado o total dos gastos com taxas regulatórias a imputar à fase da cadeia de valor ou atividade no ano em causa.

15) «Licenças ambientais» — Deve ser indicado o total dos gastos com licenças ambientais e similares à fase da cadeia de valor ou atividade no ano em causa.

16) «Impostos» — Deve ser indicado o total dos gastos com impostos diretos e indiretos de natureza não controlável, que não tenham sido incluídos nas rubricas anteriores, a imputar à fase da cadeia de valor ou atividade no ano em causa.

17) «Custos não controláveis base» — Deve ser indicado o total dos gastos não controláveis aceites para efeitos de apuramento dos proveitos permitidos em cenário de manutenção das condições de operação, a imputar à fase da cadeia de valor ou atividade no ano em causa.

18) «Subtotal dos custos não controláveis» — Deve ser indicada a soma dos custos não controláveis base e dos custos controláveis derivados de novos a imputar à fase da cadeia de valor ou atividade no ano em causa.

19) «Dedução dos não custos controláveis comuns imputáveis às atividades complementares» — Deve ser indicada a proporção dos gastos não controláveis afetos à atividade que devem ser deduzidos do cálculo dos proveitos permitidos por se verificarem comuns a atividades complementares, sendo o seu apuramento efetuado de acordo com a contabilidade autónoma das respetivas atividades.

20) «Total de custos não controláveis» — Deve ser indicado o resultado da dedução dos custos controláveis comuns imputáveis às atividades complementares ao subtotal dos custos controláveis no ano em causa.

21) «Imputação dos custos de estrutura» — Deve ser indicado o valor correspondente à imputação do montante apurado na tabela 7.A, tendo em conta a percentagem dos custos da atividade no total dos custos das atividades principais.

22) «Dedução dos custos de estrutura comuns imputáveis às atividades complementares» — Deve ser indicada a proporção dos gastos com a área de estrutura afetos à atividade que devem ser deduzidos do cálculo dos proveitos permitidos reais por se verificarem comuns a atividades complementares, sendo o seu apuramento efetuado de acordo com a contabilidade autónoma das respetivas atividades.

23) «Total de custos de estrutura imputados» — Deve ser indicado o total dos gastos para o funcionamento da fase da cadeia de valor ou atividade no ano em causa.

Tabela 7.B - Custos de exploração da atividade de tratamento de resíduos resultantes de recolha indiferenciada

Valores em Euros

Rubrica	Tratamento de Resíduos Resultantes de Recolha Indiferenciada				
	Ano corrente	Ano anterior	Informação prospetiva	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)
CMVMC					
FSE					

Rubrica	Tratamento de Resíduos Resultantes de Recolha Indiferenciada				
	Ano corrente	Ano anterior	Informação prospetiva	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)
Gastos com pessoal					
Outros gastos operacionais					
Custos controláveis base					
Manutenção e conservação plurianual					
Subtotal dos custos controláveis					
Dedução dos custos controláveis comuns imputáveis às atividades complementares					
Total de custos controláveis					
Taxas regulatórias					
Licenças ambientais					
Impostos					
Custos não controláveis base					
Dedução dos custos não controláveis comuns imputáveis às atividades complementares					
Total de custos não controláveis					
Total de custos de exploração diretos					
Imputação dos custos de estrutura					
Dedução dos custos de estrutura comuns imputáveis às atividades complementares					
Total de custos de estrutura imputados					

Rubrica	Transferência				
	Ano corrente	Ano anterior	Informação prospetiva	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)
CMVMC					
FSE					
Gastos com pessoal					
Outros gastos operacionais					
Custos controláveis base					
Manutenção e conservação plurianual					
Total de custos controláveis					
Taxas regulatórias					
Licenças ambientais					
Impostos					
Total de custos não controláveis					
Total					

Rubrica	Tratamento mecânico				
	Ano corrente	Ano anterior	Informação prospetiva	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)
CMVMC					
FSE					
Gastos com pessoal					
Outros gastos operacionais					
Custos controláveis base					
Manutenção e conservação plurianual					
Total de custos controláveis					
Taxas regulatórias					
Licenças ambientais					
Impostos					
Total de custos não controláveis					
Total					

Rubrica	Tratamento biológico				
	Ano corrente	Ano anterior	Informação prospetiva	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)
CMVMC					
FSE					
Gastos com pessoal					
Outros gastos operacionais					
Custos controláveis base					
Manutenção e conservação plurianual					
Total de custos controláveis					
Taxas regulatórias					
Licenças ambientais					
Impostos					
Total de custos não controláveis					
Total					

Rubrica	Incineração				
	Ano corrente	Ano anterior	Informação prospetiva	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)
CMVMC					
FSE					
Gastos com pessoal					
Outros gastos operacionais					
Custos controláveis base					
Manutenção e conservação plurianual					
Total de custos controláveis					
Taxas regulatórias					
Licenças ambientais					
Impostos					
Total de custos não controláveis					
Total					

Rubrica	Deposição em aterros				
	Ano corrente	Ano anterior	Informação prospetiva	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)
CMVMC					
FSE					
Gastos com pessoal					
Outros gastos operacionais					
Custos controláveis base					
Manutenção e conservação plurianual					
Total de custos controláveis					
Taxas regulatórias					
Licenças ambientais					
Impostos					
Total de custos não controláveis					
Total					

Rubrica	Tratamento de efluentes líquidos e gasosos				
	Ano corrente	Ano anterior	Informação prospetiva	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)
CMVMC					
FSE					
Gastos com pessoal					
Outros gastos operacionais					
Custos controláveis base					
Manutenção e conservação plurianual					
Total de custos controláveis					
Taxas regulatórias					
Licenças ambientais					
Impostos					
Total de custos não controláveis					
Total					

Rubrica	Produção de CDR				
	Ano corrente	Ano anterior	Informação prospetiva	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)
CMVMC					
FSE					
Gastos com pessoal					
Outros gastos operacionais					
Custos controláveis base					
Manutenção e conservação plurianual					
Total de custos controláveis					
Taxas regulatórias					
Licenças ambientais					
Impostos					
Total de custos não controláveis					
Total					

7.C — Custos de exploração da atividade de recolha seletiva (RS)

Notas

- 1) Nesta tabela devem ser indicados os custos de exploração atividade de recolha seletiva para os anos n, n-1 e informação prospetiva, por natureza contabilística e por fase da cadeia de valor.
- 2) Os gastos controláveis devem ser preenchidos a para os anos n, n-1 e informação prospetiva.
- 3) As notas de preenchimento são idênticas às da tabela 7.C — Custos de exploração da atividade de tratamento de resíduos resultantes de recolha indiferenciada (TI)

Tabela 7.C - Custos de exploração da atividade de recolha seletiva

Valores em Euros

Rubrica	Recolha Seletiva				
	Ano corrente	Ano anterior	Informação prospetiva	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)
CMVMC					
FSE					
Gastos com pessoal					
Outros gastos operacionais					
Custos controláveis base					
Manutenção e conservação plurianual					
Subtotal dos custos controláveis					
Dedução dos custos controláveis comuns imputáveis às atividades complementares					
Total de custos controláveis					
Taxas regulatórias					
Licenças ambientais					
Impostos					
Custos não controláveis base					
Dedução dos custos não controláveis comuns imputáveis às atividades complementares					
Total de custos não controláveis					
Total de custos de exploração diretos					
Imputação dos custos de estrutura					
Dedução dos custos de estrutura comuns imputáveis às atividades complementares					
Total de custos de estrutura imputados					

Rubrica	Interface com os utilizadores finais				
	Ano corrente	Ano anterior	Informação prospetiva	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)
CMVMC					
FSE					

Rubrica	Interface com os utilizadores finais				
	Ano corrente	Ano anterior	Informação prospetiva	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)
Gastos com pessoal					
Outros gastos operacionais					
Custos controláveis base					
Manutenção e conservação plurianual					
Total de custos controláveis					
Taxas regulatórias					
Licenças ambientais					
Impostos					
Total de custos não controláveis					
Total					

Rubrica	Gestão de equipamentos de deposição seletiva do fluxo multimaterial				
	Ano corrente	Ano anterior	Informação prospetiva	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)
CMVMC					
FSE					
Gastos com pessoal					
Outros gastos operacionais					
Custos controláveis base					
Manutenção e conservação plurianual					
Total de custos controláveis					
Taxas regulatórias					
Licenças ambientais					
Impostos					
Total de custos não controláveis					
Total					

Rubrica	Gestão de ecocentros				
	Ano corrente	Ano anterior	Informação prospetiva	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)
CMVMC					
FSE					
Gastos com pessoal					
Outros gastos operacionais					
Custos controláveis base					
Manutenção e conservação plurianual					
Total de custos controláveis					
Taxas regulatórias					
Licenças ambientais					
Impostos					
Total de custos não controláveis					
Total					

Rubrica	Recolha seletiva de resíduos do fluxo multimaterial				
	Ano corrente	Ano anterior	Informação prospetiva	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)
CMVMC					
FSE					
Gastos com pessoal					
Outros gastos operacionais					
Custos controláveis base					
Manutenção e conservação plurianual					
Total de custos controláveis					
Taxas regulatórias					
Licenças ambientais					
Impostos					
Total de custos não controláveis					
Total					

7.D — Custos de exploração da atividade de tratamento de resíduos resultantes de recolha seletiva (TS)

Notas

- 1) Nesta tabela devem ser indicados os custos de exploração atividade de tratamento de resíduos resultantes de recolha seletiva para os anos n, n-1 e informação prospetiva, por natureza contabilística e por fase da cadeia de valor.
- 2) Os de gastos controláveis devem ser preenchidos a para os anos n, n-1 e informação prospetiva
- 3) As notas de preenchimento são idênticas às da tabela 7.C — Custos de exploração da atividade de tratamento de resíduos resultantes de recolha indiferenciada (TI)

Tabela 7.D - Custos de exploração da atividade de tratamento de resíduos resultantes de recolha seletiva

Valores em Euros

Rubrica	Tratamento de Resíduos Resultantes de Recolha Seletiva				
	Ano corrente	Ano anterior	Informação prospetiva	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)
CMVMC					
FSE					
Gastos com pessoal					
Outros gastos operacionais					
Custos controláveis base					
Manutenção e conservação plurianual					
Subtotal dos custos controláveis					
Dedução dos custos controláveis comuns imputáveis às atividades complementares					
Total de custos controláveis					
Taxas regulatórias					
Licenças ambientais					

Rubrica	Tratamento de Resíduos Resultantes de Recolha Seletiva				
	Ano corrente	Ano anterior	Informação prospetiva	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)
Impostos					
Custos não controláveis base					
Dedução dos custos não controláveis comuns imputáveis às atividades complementares					
Total de custos não controláveis					
Total de custos de exploração diretos					
Imputação dos custos de estrutura					
Dedução dos custos de estrutura comuns imputáveis às atividades complementares					
Total de custos de estrutura imputados					

Rubrica	Triagem, enfiamento e armazenamento de resíduos do fluxo multimaterial				
	Ano corrente	Ano anterior	Informação prospetiva	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)
CMVMC					
FSE					
Gastos com pessoal					
Outros gastos operacionais					
Custos controláveis base					
Manutenção e conservação plurianual					
Total de custos controláveis					
Taxas regulatórias					
Licenças ambientais					
Impostos					
Total de custos não controláveis					
Total					

Rubrica	Valorização orgânica				
	Ano corrente	Ano anterior	Informação prospetiva	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)
CMVMC					
FSE					
Gastos com pessoal					
Outros gastos operacionais					
Custos controláveis base					
Manutenção e conservação plurianual					
Total de custos controláveis					
Taxas regulatórias					
Licenças ambientais					
Impostos					
Total de custos não controláveis					
Total					

Rubrica	Outros fluxos				
	Ano corrente	Ano anterior	Informação prospetiva	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)
CMVMC					
FSE					
Gastos com pessoal					
Outros gastos operacionais					
Custos controláveis base					
Manutenção e conservação plurianual					
Total de custos controláveis					
Taxas regulatórias					
Licenças ambientais					
Impostos					
Total de custos não controláveis					
Total					

7.E — Custos de exploração totais

Notas

- 1) Nesta tabela devem ser indicados os gastos totais a serem incluídos no cálculo dos proveitos permitidos reais.
- 2) Os gastos controláveis devem ser preenchidos para os anos n, n-1 e informação prospetiva.
- 3) As notas de preenchimento são idênticas às da tabela 7.C — Custos de exploração da atividade de tratamento de resíduos resultantes de recolha indiferenciada (TI), referindo-se neste caso à soma dos gastos para cada atividade.

Tabela 7.E - Custos de exploração totais

Valores em Euros

Rubrica	Total				
	Ano corrente	Ano anterior	Informação prospetiva	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)
CMVMC					
FSE					
Gastos com pessoal					
Outros gastos operacionais					
Custos controláveis base					
Manutenção e conservação plurianual					
Subtotal dos custos controláveis					
Dedução dos custos controláveis comuns imputáveis às atividades complementares					
Total de custos controláveis					

Rubrica	Total				
	Ano corrente	Ano anterior	Informação prospectiva	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)
Taxas regulatórias					
Licenças ambientais					
Impostos					
Custos não controláveis base					
Dedução dos custos não controláveis comuns imputáveis às atividades complementares					
Total de custos não controláveis					
Total de custos de exploração diretos					

8.1 — Quantidades operacionais processadas e respetivos *outputs*

Notas

- 1) Nesta tabela devem ser reportados os volumes/quantidades reais históricos e previstos para os anos futuros, por rubrica (tipo de resíduo) e por atividade, considerando volumes que entram no sistema (inputs) e volumes que saem do sistema, sob a forma de venda de produtos, valorização ou envio para destino final (*outputs*).
- 2) As quantidades geridas devem ser desagregadas pela tipologia de utilizadores/clientes e origem dos resíduos, por atividade.
- 3) Devem ser introduzidas as linhas necessárias para a discriminação das quantidades de resíduos geridos que não se encontrem já identificadas na tabela.

Tabela 8.1 - Quantidades operacionais processadas e respetivos outputs

Valores nas unidades indicadas

Rubrica	Unidade	Tratamento de Resíduos Resultantes de Recolha Indiferenciada				Recolha Seletiva				Tratamento de Resíduos Resultantes de Recolha Seletiva				Total			
		Ano corrente	Ano anterior	Inf. prospectiva	Var. Ano anterior (%)	Ano corrente	Ano anterior	Inf. prospectiva	Var. Ano anterior (%)	Ano corrente	Ano anterior	Inf. prospectiva	Var. Ano anterior (%)	Ano corrente	Ano anterior	Inf. prospectiva	Var. Ano anterior (%)
Inputs	ton																
Resíduos indiferenciados de utilizadores municipais	ton																
Tratamento mecânico	ton																
Incineração (R1)	ton																
Aterro (entrada direta)	ton																
Resíduos indiferenciados de grandes produtores (dentro e fora da área de intervenção)	ton																
Tratamento mecânico	ton																
Incineração (R1)	ton																
Aterro	ton																
Resíduos da recolha seletiva	ton																
Papel/cartão	ton																
Vidro	ton																
Plástico, metal e ecal	ton																
RUB entrados na valorização orgânica	ton																
Outros fluxos	ton																
Ecocentro	ton																
Resíduos da recolha seletiva (Grandes produtores)	ton																
Papel/cartão	ton																
Vidro	ton																
Plástico, metal e ecal	ton																
RUB entrados na valorização orgânica	ton																
Outros fluxos	ton																
Ecocentro	ton																
Resíduos não urbanos	ton																
Outputs																	
Resíduos depositados em aterro	ton																
Escórias e cinzas depositadas em aterro	ton																
Composto	ton																
(...)																	
Energia	kWh																
Produção energética - Aterro	kWh																
Produção energética - CVO	kWh																
Produção energética - Unidade de incineração	kWh																
Gás natural	nm3																
Venda de recicláveis de embalagem e papel/cartão não embalagem	ton																
Papel/cartão	ton																
Papel/cartão não embalagem	ton																
Vidro	ton																
Plástico	ton																
Plásticos mistos	ton																
Metal aço	ton																
Metal alumínio	ton																
ECAL	ton																
Madeira	ton																
PEAD	ton																
Esferovite	ton																
Filme	ton																
PET	ton																
Venda de outros recicláveis	ton																
Baterias e acumuladores	ton																
Plásticos não embalagem	ton																
Pneus	ton																
Pilhas	ton																
REEE	ton																
Valorização energética de CDR	ton																
Valorização energética de rejeitos e rejeitados	ton																
Materiais ferrosos e não ferrosos não embalagem	ton																
Não especificado	ton																

8.2 — Quantidades operacionais processadas por unidade/infraestrutura

Notas

- 1) Nesta tabela devem ser reportados os volumes/quantidades reais históricos e previstos para os anos futuros, que são tratados em cada unidade ou infraestrutura da entidade gestora.
- 2) Devem ser introduzidas as linhas necessárias para a identificação de todas unidades ou infraestruturas da entidade gestora.

Tabela 8.2 - Quantidades operacionais processadas por unidade/infraestrutura

[illegible]

9 — Proveitos operacionais

Notas

- 1) Nesta tabela devem ser inseridos os proveitos gerados divididos por atividade.
- 2) Proveitos tarifários — deve ser registado o valor de proveitos obtidos através de tarifas.
- 3) Proveitos extra tarifa — deve ser registado o valor de proveitos extra tarifa obtidos em cada atividade principal, pela venda de energia, composto ou materiais recicláveis, indicando o preço médio, no período em análise.
- 4) Devem ser introduzidas as linhas necessárias para a discriminação das receitas extra tarifas em resultado da introdução de linhas na tabela 8.1.

Tabela 9. - Proveitos operacionais

Valores em Euros

[illegible]

Atividades principais

Proveitos

Proveitos

[illegible][illegible][illegible]

10.A — Lista de atividades complementares realizadas e fases da cadeia de valor utilizadas**Notas**

- 1) Nesta tabela devem ser identificadas as atividades complementares realizadas bem como associá-las a uma atividade principal.
- 2) «Descrição da Atividade» — Deve ser indicado o nome ou descrição da atividade complementar realizada ou a realizar.
- 3) «Imputação a atividade» — Deve ser indicada a atividade principal à qual a atividade complementar é associada. Deve utilizar-se a nomenclatura TI, RS e TS para as atividades de tratamento de resíduos resultantes de recolha indiferenciada, recolha seletiva e tratamento de resíduos resultantes de recolha seletiva, respetivamente.
- 4) «Transferência» — Deve ser indicada se a atividade complementar utiliza a respetiva fase de cadeia de valor.
- 5) «Tratamento mecânico» — Deve ser indicada se a atividade complementar utiliza a respetiva fase de cadeia de valor.
- 6) «Tratamento biológico» — Deve ser indicada se a atividade complementar utiliza a respetiva fase de cadeia de valor.
- 7) «Incineração» — Deve ser indicada se a atividade complementar utiliza a respetiva fase de cadeia de valor.
- 8) «Deposição em aterros» — Deve ser indicada se a atividade complementar utiliza a respetiva fase de cadeia de valor.

9) «Tratamento de efluentes líquidos e gasosos» — Deve ser indicada se a atividade complementar utiliza a respetiva fase de cadeia de valor.

10) «Produção de CDR» — Deve ser indicada se a atividade complementar utiliza a respetiva fase de cadeia de valor.

11) «Interface com os utilizadores finais» — Deve ser indicada se a atividade complementar utiliza a respetiva fase de cadeia de valor.

12) «Gestão de equipamentos de deposição seletiva do fluxo multimaterial» — Deve ser indicada se a atividade complementar utiliza a respetiva fase de cadeia de valor.

13) «Gestão de ecocentros» — Deve ser indicada se a atividade complementar utiliza a respetiva fase de cadeia de valor.

14) «Recolha seletiva de resíduos do fluxo multimaterial» — Deve ser indicada se a atividade complementar utiliza a respetiva fase de cadeia de valor.

15) «Triagem, enfiamento e armazenamento de resíduos do fluxo multimaterial» — Deve ser indicada se a atividade complementar utiliza a respetiva fase de cadeia de valor.

16) «Valorização orgânica» — Deve ser indicada se a atividade complementar utiliza a respetiva fase de cadeia de valor.

17) «Outros fluxos» — Deve ser indicada se a atividade complementar utiliza a respetiva fase de cadeia de valor.

Tabela 10.A - Lista de Atividades Operacionais e fases da cadeia de valor utilizadas

Valores em Euros

Valores em Euros		Fases da cadeia de valor utilizadas													
Descrição da Atividade	Imputação a atividade	Transferência	Tratamento mecânico	Tratamento biológico	Incineração	Deposição em aterros	Tratamento de efluentes líquidos e gasosos	Produção de CDR	Interface com os utilizadores finais	Gestão de equipamentos de deposição seletiva do fluxo multimaterial	Gestão de ecocentros	Recolha seletiva de resíduos do fluxo multimaterial	Triagem, enfiamento e armazenamento de resíduos do fluxo multimaterial	Valorização orgânica	Outros fluxos

10.B — Resultados operacionais de atividades complementares**Notas**

- 1) Nesta tabela devem ser inseridos os custos e proveitos de cada atividade complementar identificada na tabela 10.A-Lista de Atividades Operacionais e fases da cadeia de valor utilizadas.
- 2) Devem ser introduzidas as linhas necessárias para o apuramento do lucro de cada atividade complementar.
- 3) «Proveitos de exploração» — Deve ser indicado o proveito de exploração de cada atividade identificada na tabela 10.A.
- 4) «Custos de exploração controláveis comuns (partilhados)» — Deve ser indicado o custo de exploração controlável comum, resultante da contabilidade autónoma, de cada atividade identificada na tabela 10.A.
- 5) «Custos de exploração não controláveis comuns (partilhados)» — Deve ser indicado o custo de exploração não controlável comum, resultante da contabilidade autónoma, de cada atividade identificada na tabela 10.A.
- 6) «Custos de estrutura comuns (partilhados)» — Deve ser indicado o custo comum referente à área de estrutura, resultante da contabilidade autónoma, de cada atividade identificada na tabela 10.A.

7) «Custos não partilhados» — Deve ser indicado o custo de exploração não partilhado, resultante da contabilidade autónoma, de cada atividade identificada na tabela 10.A.

8) «Lucro operacional» — Deve ser indicado o lucro de cada atividade identificada na tabela 10.A., resultante da diferença entre os proveitos da respetiva atividade e os custos identificados anteriormente.

9) «Total do lucro operacional das atividades complementares» — Deve ser indicada a soma dos lucros operacionais de cada atividade complementar.

10) «Lucro operacional partilhável» — Início da secção para indicação dos lucros partilháveis com as atividades principais.

11) «Tratamento de Resíduos Resultantes de Recolha Indiferenciada» — Deve ser indicada a soma dos lucros positivos das atividades complementares associada a esta atividade principal, para o ano corrente.

12) «Recolha Seletiva» — Deve ser indicada a soma dos lucros positivos das atividades complementares associada a esta atividade principal, para o ano corrente.

13) «Tratamento de Resíduos Resultantes de Recolha Seletiva» — Deve ser indicada a soma dos lucros positivos das atividades complementares associada a esta atividade principal, para o ano corrente.

Tabela 10.B - Resultados operacionais de atividades complementares

Valores em Euros

Rubrica	Atividade	Ano corrente	Ano anterior	Inf. prospetiva	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)
Proveitos de exploração						
Custos de exploração controláveis comuns (partilhados)						
Custos de exploração não controláveis comuns (partilhados)						
0						
0						
0						
0						

Valores em Euros

Rubrica	Atividade	Ano corrente	Ano anterior	Inf. prospetiva	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)
Custos de estrutura comuns (partilhados)						
0						
0						
0						
0						
Custos não partilhados						
0						
0						
0						
0						
Lucro operacional						
0						
0						
0						
0						
Total						
Total do lucro operacional partilhável						
Tratamento de Resíduos Resultantes de Recolha Indiferenciada						
Recolha Seletiva						
Tratamento de Resíduos Resultantes de Recolha Seletiva						

11 — Resultados operacionais de atividades não reguladas

Notas

- 1) Nesta tabela devem ser indicados os proveitos e custos das atividades não reguladas.
- 2) Devem ser introduzidas as linhas necessárias para o apuramento do resultado de cada atividade não regulada.
- 3) «Proveitos» — Deve ser indicado o proveito de exploração de cada atividade não regulada.
- 4) «Custos» — Deve ser indicado o custo de exploração controlável comum, resultante da contabilidade autónoma, de cada atividade não regulada.
- 5) «Resultado» — Deve ser indicado o resultado de cada atividade não regulada, resultante da diferença entre os proveitos da respetiva atividade e os custos identificados anteriormente.
- 6) «Total» — Deve ser indicado o somatório dos resultados das várias atividades não reguladas.

Tabela 11. - Resultados operacionais de atividades não reguladas

Valores em Euros

Rubrica	Ano corrente 2016	Ano anterior 2015	Inf. prospetiva 2016	Var. Ano anterior (%)	Var. Inf. Prosp.(%)
Proveitos					
Custos					
Resultado					
Total					

12 — Empréstimos com taxas de juros bonificadas

Notas

- 1) Nesta tabela deve ser apresentada a informação sobre os empréstimos com taxa de juro bonificada previsto para os anos n, n-1 e informação prospetiva.
- 2) Devem ser adicionados os quadros necessários para a identificação de todos os empréstimos nas condições indicadas.
- 3) «Montante do empréstimo» — Deve ser indicado o montante de utilização de crédito
- 4) «Taxa de juros bonificados contratada» — Deve ser indicada a taxa nominal da taxa de juro contratada.
- 5) «Outros encargos financeiros (exceto late fees)» — Deve ser indicado o montante de encargos com imposto de selo e comissões.
- 6) «Taxa de remuneração do capital alheio (utilizada no cálculo da TRA)» -Deve ser utilizada a mesma taxa da tabela 1.A.
- 7) «Ganho financeiro derivado de juros bonificados» — Deve ser indicado o resultado do cálculo da rubrica nos termos do artigo 42.º do RTR.

Tabela 12. - Empréstimos com taxas de juros bonificadas

Valores em Euros. Repartição em percentagem

[illegible]

13 — Saldos de clientes por atividades

Notas

1) Nesta tabela são indicados os saldos de clientes divididos entre corrente e não corrente e municipais ou outros, bem como subdivididos por atividade regulada ou não regulada. Inclui adicionalmente a imparidade acumulada e do exercício, contabilizadas para cada entidade.

2) Devem ser adicionadas as linhas necessárias para a identificação de todas as entidades.

3) «Valor bruto em 31/12/t» — Deve ser indicado o saldo da entidade no final do exercício t.

4) «Imparidade acumulada em 31/12/t» — Deve ser indicado o saldo em imparidade da entidade no final do exercício t.

5) «Imparidade no exercício» — Deve ser indicado o montante do saldo da entidade para o qual tenha sido constituída imparidade no exercício t.

6) «Valor líquido em 31/12/t» — A célula indica o valor líquido do saldo em dívida de cada entidade no final do exercício t.

Tabela 13. - Saldos de Clientes por atividades

Valores em euros.

[illegible]

(1) - saldos de clientes afetos em exclusivo a atividades reguladas

(2) - saldos de clientes afetos em exclusivo a atividades não reguladas

(3) - saldos de clientes incluindo atividades reguladas e não reguladas, sem possibilidade de diferenciação

14 — Financiamentos

Notas

1) Nesta tabela são indicados os financiamentos por tipologia de entidade e distribuídos pela atividade a que respeitam.

2) Devem ser adicionadas as linhas necessárias para a identificação de todos os financiamentos.

3) «Caracterização do empréstimo» — Campos de preenchimento que indicam os prazos e condições do financiamento.

4) «Impacto na demonstração de resultados» — Esta coluna deverá indicar o valor do juro pago no exercício t relativamente a cada financiamento.

5) «Movimentação dos valores de financiamentos» — nestas colunas deverá ser preenchida a informação referente a reforços ou amortizações no ano n. por financiamento.

Tabela 14. - Financiamentos por tipologia de empréstimo e atividades

Valores em euros.

[illegible]

Valores em euros.

Caracterização do empréstimo						Impacto na demonstração de resultados	Ano t											
							Movimentação dos valores de financiamentos em t											
							Valor em 01/01/t				Reforços no ano t				Amortizações de capital no ano t			
Identificação do empréstimo	Finalidade	Entidade	Data de início	Data de final	Taxa de juro	Juros referentes ao ano de 2016	Atividades reguladas (1)	Atividades não reguladas (2)	Apoio de tesouraria (3)	Outros (4)	Atividades reguladas	Atividades não reguladas	Apoio de tesouraria	Outros	Atividades reguladas	Atividades não reguladas	Apoio de tesouraria	Outros
Empréstimo 3																		
Empréstimo 4																		
Empréstimo 5																		
(...)																		
Outros																		
Empréstimo 1																		
Empréstimo 2																		
Empréstimo 3																		
Empréstimo 4																		
Empréstimo 5																		
(...)																		
Corrente																		
TOTAL																		

(1) - financiamentos cujo uso exclusivo seja afeto a atividades reguladas

(2) - financiamentos cujo uso exclusivo seja afeto a atividades não reguladas

(3) - financiamentos para apoio de tesouraria

(4) - financiamentos com finalidade mista (atividades reguladas e não reguladas), sem possibilidade de diferenciação

15 — Movimentação de subsídios no ano, por ativo de exploração

Notas

1) Nesta tabela são indicados os subsídios à exploração por ativo de exploração.

2) Devem ser adicionadas as linhas necessárias para a identificação de todos os ativos de exploração.

3) «Classificação contabilística» — Deverá ser coincidente com a informação divulgada no Anexo do Relatório e contas estatutário da entidade gestora.

4) «Número de inventário» — Deve ser indicado o registo alfanumérico atribuído ao ativo pela entidade gestora.

5) «Descrição» — Deve ser indicada a descrição genérica do bem.

6) «Código 25/2009» — Deve ser escolhido um código disponível na tabela 2.A, classificando o bem e atribuindo automaticamente um período de vida útil para efeitos regulatórios. Neste campo podem ser colocados, para além dos códigos do anexo do Decreto Regulamentar 25/2009, códigos para a classificação de aterros (% utilização), terrenos na proximidade dos aterros destinados à construção e acesso às restantes unidades bem como o encerramento de aterros (Período da concessão) e restantes terrenos (Não amortizável).

7) «Infraestrutura relevante» — Deve ser utilizada uma das infraestruturas listada na tabela 2.B1, identificando a localização ou a infraestrutura onde se situa o bem.

8) «Valor de aquisição» — Deve ser registado o valor bruto do ativo realizado até à data nos termos do RTR (devem ser considerados dados a 31/12 do ano em causa).

9) «Subsídios a fundo perdido por reconhecer» — Deve ser registado o valor dos subsídios ao investimento concedidos até à data, relativos ao ativo em questão (devem ser considerados dados a 31/12 do ano em causa).

10) «Amortizações acumuladas a 31/12/t-1» — Deve ser registado o valor total das amortizações realizadas até à data (devem ser considerados dados a 31/12 do ano em causa).

11) «Fundos comunitários/Outros subsídios» — Deverá indicar a proveniência do subsídio, dividido entre Fundos comunitários e outros.

12) «Valor líquido a 01/01/t» — Valor líquido contabilístico do bem, calculado para efeitos de contas estatutárias (devem ser considerados dados a 31/12 do ano em causa).

13) «Impacto na demonstração de resultados» — Deverá ser incluído o valor de subsídio reconhecido no exercício, dividido entre reembolsável e não reembolsável.

14) «Movimentação na Demonstração da posição financeira» — Estas colunas deverão conter informação sobre novos subsídios atribuídos ou perdas no exercício corrente em subsídios anteriormente atribuídos.

15) «Valor líquido a 31/12/t» — Valor líquido contabilístico do bem, calculado para efeitos de contas estatutárias com o preenchimento dos campos anteriores.

Tabela 15. - Movimentação dos subsídios no ano, por ativo de exploração

Valores em euros.

Valores em euros:									Ano t							
Classificação contabilística	Número de inventário	Descrição	Código 25/2009	Infraestrutura relevante	Valor de aquisição	Subsídios a fundo perdido por reconhecer a 31/12/t-1	Amortizações acumuladas a 31/12/t-1	Fundos comunitários	Valor líquido em 01/01/t	Impacto na demonstração de resultados no ano t		Movimentação na Demonstração da posição financeira no ano t				Valor líquido em 31/12/t
								Outros subsídios		Subsídios reconhecidos no ano t	Reembolsável	Não reembolsável	Subsídios atribuídos no ano	Perdas em subsídios anteriormente atribuídos	Outros movimentos	
TOTAL	TOTAL															

(¹) Denominadas no PERSU 2020 como: Meta máxima de deposição de RUB em aterro; Meta mínima de preparação para reutilização e reciclagem; Meta de retomas de recolha seletiva.

ANEXO II

Modelo de relatório de conclusões factuais sobre as contas reguladas e os movimentos de reconciliação face às contas estatutárias

1 — De acordo com o previsto no artigo 86.º do Título V — Reporte de Informação Periódica a fornecer à ERSAR pelas entidades gestoras, conforme Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos aprovado em reunião do Conselho Diretivo da ERSAR em 17 de fevereiro de 2014, executámos os procedimentos acordados com V. Exas., e que enumeramos no parágrafo 4 abaixo, sobre a Informação financeira anual das atividades reguladas (contas reguladas) da (“Nome da Empresa”), em 31 de dezembro de 20xx, que inclui o Balanço, a Demonstração dos resultados e respetivos quadros anexos, apresentados por atividade. Estas contas reguladas destinam-se a dar cumprimento ao estipulado no Documento Complementar ao Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos urbanos, sendo que, não refletindo na sua totalidade a situação financeira e os resultados do exercício da Empresa divulgados nos documentos de prestação de contas do exercício de 20xx, aprovados pelo Conselho de

Administração em xx de xxxxxx de 20xx (contas estatutárias), foram extraídas das mesmas.

2 — A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada de contas reguladas, dando cumprimento aos referidos requisitos, bem como de contas estatutárias, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia (IFRS) [ou: as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística]. Esta responsabilidade inclui: a conceção, implementação e manutenção do controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada de informação financeira, tanto estatutária como regulada, que esteja isenta de distorções materiais, quer devido a fraude quer a erro; a seleção e aplicação de políticas contabilísticas apropriadas; e o apuramento de estimativas contabilísticas que sejam razoáveis nas circunstâncias.

3 — O trabalho que realizámos foi efetuado de acordo com a Norma Internacional sobre Serviços Relacionados (ISRS) 4400 “Trabalhos para Executar Procedimentos Acordados Respeitantes a Informação Financeira”, emitida pelo International Auditing and Assurance Standards Board da International Federation of Accountants. Esta Norma exige que cumpramos com os requisitos éticos aplicáveis e que planeemos o trabalho de forma adequada.

4 — Os procedimentos concordados e executados de forma a validar as contas reguladas foram os seguintes:

i) Verificação da reconciliação do Balanço e da Demonstração dos resultados entre as contas estatutárias e as contas reguladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 20xx;

ii) Verificação dos suportes contabilísticos das reconciliações efetuadas nas contas reguladas;

iii) Verificação da reconciliação da informação financeira incluída nos quadros anexos às contas reguladas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 20xx, com o Balanço e a Demonstração de Resultados Regulados.

5 — As conclusões resultantes da execução dos procedimentos acordados e acima descritos são:

i) Verificámos a reconciliação do Balanço e da Demonstração dos resultados entre as contas estatutárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 20xx, as quais foram objeto de Certificação Legal das Contas, (sem reservas/com reservas), com data de xx de xxxxxxxx de 20xx e as contas reguladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 20xx, a qual não apresenta diferenças para além das referidas em ii. abaixo;

ii) Verificámos as reconciliações efetuadas às contas reguladas conforme segue:

- a) Reconciliação 1 — XXX;
- b) Reconciliação 2 — XXX;
- c) Reconciliação 3 — XXX;
- d) Reconciliação 4 — XXX;
- e) Reconciliação 5 — XXX;
- f) Reconciliação 6 — XXX;
- g) Reconciliação 7 — XXX;
- h) Reconciliação 8 — XXX;
- i) [...]

Adicionalmente, verificámos que, para além dos ajustamentos acima referidos, as reclassificações de atividades entre as contas reguladas e as contas estatutárias não originaram impactos na situação líquida e nos resultados da Empresa.

iii) Verificámos a reconciliação da informação financeira incluída nos quadros anexos às contas com o Balanço e a Demonstração de Resultados Regulados, a qual não apresenta diferenças.

6 — Dado que os procedimentos acordados, acima referidos, não constituem a base de um (i) exame completo ou (ii) exame simplificado, feitos de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, não expressaremos uma opinião de auditoria.

7 — No caso de termos executado procedimentos adicionais sobre as contas reguladas, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, outras matérias podiam ter chegado ao nosso conhecimento que teriam sido comunicadas a V.Ex.^{as}

8 — Dada a sua natureza específica, este relatório foi preparado unicamente para informação da Empresa e da ERSAR — Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, pelo que não deverá ser utilizado para quaisquer outras finalidades ou distribuído a outras partes sem o nosso consentimento prévio.

Xx de xxxxxxxx de 20xx

(Assinatura)

_____, R.O.C.

27 de março de 2017. — O Presidente do Conselho de Administração, *Orlando Borges*. — O Vogal do Conselho de Administração, *Paulo Lopes Marcelo*.

310402898

ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Despacho n.º 3268/2017

Por despacho do Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 06.03.2017, foi autorizada a adenda ao contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com Alexandre Salvador Castro Vieira Pereira com a categoria de Assistente Convocado em regime de tempo parcial 15 % no período de 01.05.2017 a 31.08.2017 para a Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, auferindo o vencimento

correspondente ao escalão 1 índice 100 da tabela do pessoal docente do ensino superior politécnico.

20.03.2017 — O Administrador, *Lic. António José Carvalho Marques*.

310378882

Regulamento n.º 203/2017

Nos termos do Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de março, alterado pelos Decreto-Lei n.º 113/2014, de 16 de julho e Decreto-Lei n.º 63/2016, de 13 de setembro, o Presidente do Conselho de Direção da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis (ESENfCVPOA), faz publicar o Regulamento das Provas Especialmente Adequadas Destinadas a Avaliar a Capacidade para a Frequência do 1.º Ciclo de Estudos do Curso de Licenciatura em Enfermagem e de Cursos Técnicos Superiores Profissionais dos Maiores de 23 Anos, aprovado pelo Conselho Técnico-Científico em reunião de 10 de janeiro de 2017.

Artigo 1.º

Condições para requerer a inscrição nas provas

Podem inscrever-se, para a realização das provas, os candidatos nacionais ou estrangeiros que, cumulativamente:

a) Completem 23 anos de idade até ao dia 31 de dezembro do ano que antecede a realização das provas;

b) Não tenham as habilitações de acesso ao 1.º Ciclo de Estudos do Curso de Licenciatura em Enfermagem ou Cursos Técnicos Superiores Profissionais, pelo regime geral de acesso e ingresso.

Artigo 2.º

Inscrição nas provas

1 — A inscrição para a realização das provas é apresentada junto dos Serviços Académicos da ESENfCVPOA, ou via e-mail ou postal.

2 — A inscrição será efetuada mediante entrega de requerimento, em modelo próprio, dirigido ao Presidente do Conselho de Direção ou online, acompanhado dos seguintes documentos:

a) Currículo escolar e profissional, em modelo Europass, com comprovativo dos elementos nele constantes;

b) Declaração, sob compromisso de honra, de que não é detentor das condições de acesso ao 1.º Ciclo de Estudos do Curso de Licenciatura em Enfermagem ou Cursos Técnicos Superiores Profissionais, conforme aplicável, pelo regime geral de acesso e ingresso;

c) Fotocópia do bilhete de identidade, cartão de cidadão ou passaporte;

d) Número de contribuinte;

e) Certificado das habilitações literárias;

f) Procuração, quando a inscrição for efetuada por terceiros.

Artigo 3.º

Prazo de inscrição e de realização das provas e emolumentos

O prazo de inscrição e de realização das provas e emolumentos são fixados anualmente por edital, por despacho do Presidente do Conselho de Direção da ESENfCVPOA.

Artigo 4.º

Componentes da avaliação

A avaliação da capacidade para a frequência do 1.º Ciclo de Estudos do Curso de Licenciatura em Enfermagem ou Cursos Técnicos Superiores Profissionais, integra:

a) Avaliação do currículo escolar e profissional;

b) Uma prova escrita de avaliação de conhecimentos e competências gerais consideradas adequadas ao ingresso e progressão no 1.º Ciclo de Estudos do Curso de Licenciatura em Enfermagem ou Cursos Técnicos Superiores Profissionais, conforme aplicável;

c) A prova escrita de avaliação, referida na alínea anterior, tem as seguintes componentes: biologia, português e conhecimentos gerais na área da saúde;

d) Uma entrevista para complemento da avaliação das motivações e do currículo profissional.

Artigo 5.º

Periodicidade

As provas serão realizadas anualmente, de acordo com o calendário para o efeito.